

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

1. Informações sobre a Companhia

A Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital aberto, brasileira, com sede na Cidade de Belém - PA, que atua na distribuição e geração de energia elétrica na área de sua concessão que abrange todo o Estado do Pará com 1.247.955 km², atendendo 2.311.003 consumidores em 144 municípios, tendo suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

O país possui um potencial hidrelétrico de 247.242,35 MW com capacidade instalada de 37,27% e potencial instalado de 62,73%. O Estado do Pará se destaca por concentrar 27,29% deste potencial, cerca de 42.325 MW, que deverão ser explorados nas próximas décadas por meio de empreendimentos como a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, que possui potencial instalado para gerar 11.233 MW e encontra-se em fase de construção, além de várias outras previstas, como as que formam o complexo UHE do Tapajós.

Esse potencial está distribuído em nove grandes bacias, destacando-se a do Rio Tocantins, onde foi implantada a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, inaugurada em 1984.

A Companhia é controlada pela Equatorial Energia S.A. ("Equatorial" ou "Controladora"), empresa com sede em São Luís no Estado do Maranhão que tem por objetivo a participação em outras sociedades, sempre no setor de energia elétrica, prioritariamente em operações de geração ou distribuição de energia elétrica.

Fim da recuperação judicial

Em 1º de dezembro de 2014, o Tribunal de Justiça do Estado do Pará decretou com fundamento no que dispõe os artigos 61 e 63 da Lei nº 11.102/05 e diante da manifestação do Administrador Judicial e do Ministério Público por encerrada a recuperação judicial da Companhia, contudo continuam valendo as condições especiais para as dívidas pactuadas quando da recuperação judicial. Essas obrigações encerram-se quando forem integralmente liquidadas.

Revisão tarifária

A ANEEL através da Resolução Homologatória nº 1.930/2015, de 4 de agosto de 2015, homologou o resultado definitivo da Quarta Revisão Tarifária Periódica da Celpa para o período de 7 de agosto de 2015 a 6 de agosto de 2019. Os resultados homologados serão a base econômica para os reajustes tarifários do período de 2016 a 2018.

O efeito médio percebido pelos consumidores, já considerando o efeito dos componentes financeiros neste ano tarifário, é de 7,47%, sendo 10,22% para os consumidores de alta tensão e 6,30% para os consumidores de baixa tensão.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

1. Informações sobre a Companhia--Continuação

Revisão tarifária--Continuação

Também foi definido em 10,15% o patamar de perdas técnicas sobre energia injetada e o percentual de 34,0% de perdas não técnicas sobre o mercado de baixa tensão, sem trajetória de redução até o final deste ciclo tarifário. Adicionalmente, a ANEEL estabeleceu as parcelas ex-ante do Fator X da CELPA em 1,50% (componente Pd) e 0,21% (componente T). A estes percentuais ainda deverá ser somado ou subtraído o componente Q, vinculado aos indicadores de qualidade do serviço, que deverá ser definido anualmente nos reajustes tarifários.

2. Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Conforme Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 182/1998, assinado em 28 de julho de 1998, o prazo de concessão é de 30 anos, com vencimento em 28 de julho de 2028, podendo ser prorrogado por mais um período de 30 anos.

Por meio do Despacho nº 4.621, de 25 de novembro de 2014, a ANEEL aprovou modelo de aditivo aos contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, cujo objetivo é garantir que os saldos remanescentes de ativos ou passivos regulatórios relativos a valores financeiros a serem apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pela ANEEL, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária comporão o valor da indenização a ser recebida pelo concessionário em eventual término da concessão, por qualquer motivo.

A ANEEL, no dia 1º de janeiro de 2015, implementou o “Sistema de Bandeiras Tarifárias”, que sinaliza aos consumidores em conta de energia os custos reais de geração de energia elétrica, impactados pelas condições operativas do Sistema Interligado Nacional (SIN). Em março de 2015 foram homologados os novos valores das Bandeiras Tarifárias através da Resolução Homologatória nº 1.859, de 2 de março de 2015. Com a publicação do Decreto nº 8.401 publicado em 5 de fevereiro de 2015, que dispõe sobre a criação da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRB), as distribuidoras irão recuperar as suas despesas decorrentes a exposição involuntária de curto prazo, risco hidrológico e despacho de térmicas vinculadas ao Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEAR) por disponibilidade. Essas despesas serão recuperadas pelas distribuidoras via bandeira tarifária, bem como na constituição dos componentes da CVA.

A CELPA, nos termos da legislação vigente, celebrou o referido aditivo em 10 de dezembro de 2014.

Além do contrato de distribuição acima mencionado, a Companhia celebrou o Contrato de Concessão de Geração nº 181/1998 referente a 10 Usinas Termelétricas. O prazo de concessão para essas usinas é de 30 anos, vencendo em 28 de julho de 2028.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

2. Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica--Continuação

Seguem abaixo as principais características das usinas ainda ativadas:

UTE	Capacidade total instalada MW	Capacidade total utilizada MW	Data da concessão	Data de vencimento
Concessão de 10 Usinas Termelétricas, sendo a mais representativa com capacidade instalada acima de 11 MW: Santana do Araguaia.	30,070	27,080	28/07/1998	28/07/2028

3. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, de acordo com o julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo intangível e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados pelos seus valores justos ao resultado financeiro do exercício.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico e outros normativos emitidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas contábeis.

A Administração da Companhia elaborou as demonstrações financeiras com todas as informações relevantes que correspondem às utilizadas em sua gestão, e somente elas, estão sendo evidenciadas.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 10 de março de 2016.

a) Transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data da respectiva transação. Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data do respectivo balanço patrimonial. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas.

b) Reconhecimento de receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência do exercício.

Prestação de serviços

As receitas de todos os serviços prestados são reconhecidas quando auferidas. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores é efetuado mensalmente de acordo com o calendário de leitura. A receita não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do mês, é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida. São considerados na receita os ativos regulatórios, de acordo com o OCPC 08.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva. A receita de juros é incluída na rubrica "Receita financeira", na demonstração do resultado.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

b) Reconhecimento de receita--Continuação

Receita de construção

A ICPC 01 estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os pronunciamentos técnicos CPC 17 - Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 - Receitas (serviços de operação - fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual à zero, considerando que: (i) a atividade-fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade-fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

c) Impostos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de impostos e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aqueles que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, onde o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

c) Impostos--Continuação

Impostos diferidos--Continuação

- impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:
 - quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
 - sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se tornam prováveis que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que são esperadas a serem aplicáveis no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, baseado nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeita à mesma autoridade tributária.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

c) Impostos--Continuação

Imposto sobre vendas--Continuação

- valores a receber e a pagar apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

d) Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Quando a Companhia receber benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

e) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros em: (i) ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado; (ii) mantidos até o vencimento; (iii) empréstimos e recebíveis; e (iv) disponíveis para venda.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, contas a receber de clientes (consumidores), ativo financeiro da concessão, depósitos judiciais e outras contas a receber. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos.

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos e *swaps* de taxa de juros e de câmbio para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio e o risco de variação das taxas de juros, respectivamente. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

f) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, exceto pelas contas a receber de parcelamentos no ativo não circulante, conforme Nota 7 e 16.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

g) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

h) Contas a receber de clientes

Inclui os valores faturados aos consumidores finais, ajustados ao valor presente, quando aplicável, a receita referente à energia consumida e não faturada, uso da rede, os serviços prestados, os acréscimos moratórios e outros créditos, até o encerramento do exercício, contabilizados com base no regime de competência (Nota 7).

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização do seu contas a receber (Nota 7).

i) Estoques

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição, ajustados por provisão para perdas, quando necessário, e não excedem o valor de mercado. Já os materiais em estoque destinados aos investimentos estão classificados no ativo intangível e valorizados pelo custo médio de aquisição líquidos do ICMS.

j) Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros

Em 25 de novembro de 2014, a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica - Parcela A (CVA) e outros componentes financeiros. No termo de aditivo emitido pela ANEEL, o órgão regulador garante que os valores de CVA e outros componentes financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

j) Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros--Continuação

Como consequência, foi emitido pelo CPC a orientação técnica - OCPC08 que teve por objetivo tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidência de ativos ou passivos financeiros que passam a ter a característica de direito (ou obrigação) incondicional de receber (ou entregar) caixa ou outro instrumento financeiro a uma contraparte claramente identificada.

O aditamento dos contratos de concessão nos termos tratados nesta orientação representou um elemento novo que assegura, a partir da data de sua assinatura, o direito ou impõe a obrigação de o concessionário receber ou pagar os ativos e passivos junto à contraparte - Poder Concedente. Esse evento altera, a partir da sua data, as condições contratuais anteriormente existentes e extingue as incertezas em relação à realização/obrigatoriedade desses ativos e passivos. Dessa forma, são condições que diferem do anteriormente apresentado e, por isso, seus efeitos são aplicados de maneira prospectiva. O saldo acumulado até 2014, desses ativos e passivos regulatórios, a partir da assinatura dos respectivos aditivos contratuais foi reconhecido em conta de ativo em contrapartida ao resultado do exercício na rubrica de "Receita operacional de vendas".

k) Ativo indenizável (concessão)

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica nº 182/1998 assinado em 28 de julho de 1998, celebrado entre a União (poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Concessionária - Operador), regulamenta a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia, onde:

- o contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- o contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desse contrato. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;
- ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

k) Ativo indenizável (concessão)--Continuação

- o preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da interpretação técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

- (1) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão apurados com base no Valor Novo de Reposição ("VNR") classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
- (2) Parcela remanescente do ativo financeiro (valor residual) apurada de acordo com o valor novo de reposição classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, através do consumo de energia pelos consumidores, Nota 12.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo intangível da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (i) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (ii) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

De acordo com a Lei nº 12.783/2013, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente. Tal normativo só produz efeitos no exercício de 2012, não afetando o resultado de anos anteriores.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

k) Ativo indenizável (concessão)--Continuação

A Companhia reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro equivalente do poder concedente pelos serviços de construção ou melhoria prestados. Tais ativos financeiros são mensurados pelo seu valor justo quando do reconhecimento inicial, e após o reconhecimento inicial estes ativos financeiros são mensurados pelo seu custo amortizado. Caso a Companhia seja ressarcida pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

l) Ativos intangíveis

Contratos de concessão de serviços

A Companhia reconhece como um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços, quando ela tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de tal concessão. Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o seu reconhecimento inicial. Após este reconhecimento tal ativo intangível é mensurado pelo seu custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução do seu valor recuperável.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm sua vida útil finita são mensurados pelo seu custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução acumulada do seu valor recuperável.

Amortização

A amortização é calculada sobre o custo de aquisição do ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual apurado. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear e limitada ao prazo remanescente do contrato de concessão da Companhia ou a vida útil estimada dos ativos intangíveis, dos dois, o menor, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

l) Ativos intangíveis--Continuação

Amortização--Continuação

A vida útil de um ativo intangível, em um contrato de concessão de serviço, é o período a partir do qual a Companhia tem a capacidade de cobrar do público pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão. Os métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos caso haja alterações deliberadas pelo órgão regulador.

m) Benefícios a empregados

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações decorrentes das contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios aos empregados durante o período no qual os serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa, ou que esteja disponível a redução em futuros pagamentos. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas ao seu valor presente.

Planos de benefício definido

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrerem.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

m) Benefícios a empregados--Continuação

Planos de benefício definido--Continuação

O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Companhia. Um benefício econômico está disponível à Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecida no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido. Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

n) Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

n) Provisões--Continuação

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

o) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito, diluidor, nos exercícios apresentados.

p) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

p) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros--Continuação

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

q) Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um período de tempo substancial para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

r) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2015

A Companhia aplicou, pela primeira vez, determinadas normas e alterações, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2015 ou após essa data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão em vigor.

Para que as normas e alterações fossem aplicadas pela primeira vez em 2015, elas não poderiam ter impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

r) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2015--Continuação

A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

r.1) *IAS 16 - Ativo Imobilizado e IAS - 38 Ativo Intangível*

A alteração é aplicada retrospectivamente e esclarece, na IAS 16 e na IAS 38, que o ativo pode ser reavaliado utilizando dados observáveis ajustando-se o valor contábil bruto do ativo ao valor de mercado ou determinando o valor de mercado do valor contábil e ajustando o valor contábil bruto proporcionalmente de modo que o valor contábil resultante seja igual ao valor de mercado. Além disso, a depreciação ou amortização acumulada é a diferença entre os valores brutos e os valores contábeis do ativo. Essa alteração não teve qualquer impacto sobre a Companhia no exercício corrente.

r.2) *IAS 24 - Divulgações de Partes Relacionadas*

A alteração é aplicada retrospectivamente e esclarece que uma entidade de administração (entidade que presta serviços ao pessoal-chave da administração) é uma parte relacionada sujeita a divulgações de partes relacionadas. Adicionalmente, uma entidade que utiliza uma entidade de administração deve divulgar as despesas incorridas com serviços de administração. Essa alteração não é pertinente para a Companhia uma vez que ele não recebe quaisquer serviços de administração de outras entidades.

Melhorias Anuais - Ciclo 2011-2013

Essas melhorias entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015 e foram aplicadas pela primeira vez pela Companhia nestas demonstrações financeiras, incluindo:

r.3) *IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo*

A alteração se aplica prospectivamente e esclarece que a exceção de carteira na IFRS 13 pode ser aplicada não só a ativos financeiros e passivos financeiros, mas também a outros contratos que se enquadram no escopo da IFRS 9 (ou IAS 39, quando aplicável). A Companhia não aplica a exceção de carteira descrita na IFRS 13.

r.4) *Despacho de encerramento*

Algumas informações adicionais estão sendo apresentadas em notas explicativas e quadros suplementares em atendimento as instruções contidas no Despacho nº 245-SFF/ANEEL, de 28 de janeiro de 2016.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e ICPC 08, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual sejam distribuídos a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais a Companhia registra um passivo equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "Proposta de distribuição de dividendo adicional" no patrimônio líquido.

Dividendo adicional ao mínimo obrigatório por lei, contido em proposta da administração efetuada antes da data do balanço patrimonial deve ser mantido no patrimônio líquido em conta específica chamada de "dividendo adicional proposto". Caso a proposição seja realizada após a data do balanço e antes da data de emissão das demonstrações financeiras, tal fato deve ser mencionado no tópico de eventos subsequentes.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco expressivo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos--Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Benefícios de aposentadoria

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas, veja Nota 33.

Amortização do intangível de concessão

Os ativos intangíveis são amortizados de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois o menor conforme descrito na Nota 15.

Ativo financeiro de concessão

O critério de apuração e atualização do ativo financeiro de concessão está descrito na Nota 12.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos--Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Provisões para riscos tributários, regulatórios, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas, tributárias e regulatórias. A avaliação da probabilidade de perda inclui avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Os critérios referentes à análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa estão descritos na Nota 7.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e bancos	23.105	12.495
Equivalentes de caixa	17.755	41.715
CDB	12.499	10.728
Debêntures compromissadas	5.256	30.987
Total	40.860	54.210

Equivalentes de caixa correspondem as operações realizadas junto às instituições financeiras que operam no Mercado Financeiro Nacional e possuem baixo risco de crédito, são remuneradas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), a percentual em torno de 97,32% do CDI (98,81% em 31 de dezembro de 2014) e estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata. Essas operações têm vencimentos inferiores a três meses da data de contratação e com compromisso de recompra pelo emissor.

6. Investimentos de curto prazo

Modalidade	31/12/2015	31/12/2014
Fundos de investimentos (a)	755.148	503.941
Outros	2.626	2.532
Total	757.774	506.473

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

6. Investimentos de curto prazo--Continuação

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, houve um aumento nos saldos dos investimentos de curto prazo, a qual é decorrente de aplicação provisória dos recursos, captados para financiamento dos investimentos em infraestrutura de concessão.

- (a) Os fundos de investimentos representam operações de baixo risco com instituições financeiras de primeira linha lastreados em Títulos Públicos Federais, de acordo com a política de investimento da Companhia, são remuneradas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) ao percentual entre 90% e 105% (entre 90% e 105% em 31 de dezembro de 2014), classificados como mantidos para negociação.

7. Contas a receber de clientes

	31/12/2015	31/12/2014
Contas a receber de consumidores faturados	1.097.959	679.203
Contas a receber de consumidores não faturados	171.557	128.321
Parcelamentos de débitos	516.272	315.071
Parcelamentos de débitos - ajuste a valor presente	(24.994)	(14.291)
Baixa renda	26.938	27.936
Comercialização no âmbito do CCEE	6.388	6.388
Outras	96.605	66.946
Total	1.890.725	1.209.574
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(444.125)	(286.244)
Total de contas a receber de clientes	1.446.600	923.330
Total circulante	1.246.976	807.309
Total não circulante	199.624	116.021

A variação positiva do curto prazo de R\$439.667 é resultante, substancialmente, pelo aumento das tarifas de energia elétrica provocado pela Revisão Tarifária Extraordinária (RTE), pela aplicação do sistema de Bandeira Tarifária vermelha, conforme descrito na Nota 2 e pelo ingresso de 127.698 (*) novos clientes. Já o aumento de 72% do não circulante deve-se das negociações de dívidas junto aos nossos clientes.

(*) Informação não revisada pelos auditores independentes.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

7. Contas a receber de clientes--Continuação

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

	31/12/2014	Provisões adições	Reversões (baixas)	31/12/2015
Contas a receber de consumidores faturados	251.605	139.480	(20.950)	370.135
Parcelamento	34.639	55.574	(16.223)	73.990
Total	286.244	195.054	(37.173)	444.125

	31/12/2013	Provisões adições	Reversões (baixas)	31/12/2014
Contas a receber de consumidores faturados	245.386	163.022	(156.803)	251.605
Parcelamento	49.312	37.133	(51.806)	34.639
Total	294.698	200.155	(208.609)	286.244

A constituição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) está de acordo com os critérios definidos segundo a melhor estimativa da Administração e considerando a Instrução Geral nº 6.3.2 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, a seguir resumidos.

Clientes com débitos relevantes

Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

- Para os 10 mil maiores clientes, com ou sem débitos parcelados, com faturas na PCLD por classe de consumo, consideram-se todas as suas demais faturas, vencidas e a vencer, na PCLD;

Para os demais casos aplicamos as regras abaixo:

- Consumidores residenciais - vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - vencidos há mais de 180 dias; e
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - vencidos há mais de 360 dias.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

7. Contas a receber de clientes--Continuação

Provisão para créditos de liquidação duvidosa--Continuação

Clientes com débitos relevantes--Continuação

Os saldos vencidos e a vencer relativos ao fornecimento faturado de energia elétrica estão distribuídos da seguinte forma:

31/12/2015				
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	249.979	170.207	214.772	634.958
Industrial	65.141	20.186	47.224	132.551
Comercial	107.798	44.414	35.213	187.425
Rural	10.349	8.575	25.899	44.823
Poder público	10.477	33.286	2.818	46.581
Iluminação pública	10.737	5.430	1.381	17.548
Serviço público	828	25.923	7.322	34.073
Fornecimento faturado	455.309	308.021	334.629	1.097.959

31/12/2014				
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	112.823	122.796	119.613	355.232
Industrial	52.991	15.123	46.259	114.373
Comercial	64.029	34.727	30.188	128.944
Rural	4.584	7.513	17.677	29.774
Poder público	5.668	24.915	2.206	32.789
Iluminação pública	1.644	1.356	1.579	4.579
Serviço público	591	10.110	2.811	13.512
Fornecimento faturado	242.330	216.540	220.333	679.203

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

7. Contas a receber de clientes--Continuação

Provisão para créditos de liquidação duvidosa--Continuação

Clientes com débitos relevantes--Continuação

Os saldos vencidos e a vencer relativos aos parcelamentos estão distribuídos da seguinte forma:

31/12/2015				
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	268.511	18.906	49.806	337.223
Industrial	22.487	2.057	12.659	37.203
Comercial	43.657	3.429	10.928	58.014
Rural	12.200	966	3.478	16.644
Poder público	31.411	1.120	2.829	35.360
Iluminação pública	4.228	118	399	4.745
Serviço público	2.302	99	36	2.437
Serviço taxado - novação	3.696	551	863	5.110
Outros créditos - novação	-	286	871	1.157
Novação	-	4.362	14.017	18.379
Total do parcelamento	388.492	31.894	95.886	516.272

31/12/2014				
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	144.311	10.436	25.946	180.693
Industrial	14.608	1.310	10.455	26.373
Comercial	26.735	3.617	7.301	37.653
Rural	6.889	621	1.798	9.308
Poder público	25.187	857	3.313	29.357
Iluminação pública	6.124	206	403	6.733
Serviço público	6.985	149	56	7.190
Serviço taxado - novação	3.724	272	263	4.259
Outros créditos - novação	2.190	285	586	3.061
Novação	-	2.545	7.899	10.444
Total do parcelamento	236.753	20.298	58.020	315.071

8. Contas a receber bandeiras tarifárias

As arrecadações referentes ao Sistema de Bandeiras Tarifárias de janeiro a dezembro de 2015, no valor de R\$342.667, bem como repasses da CCRBT, no montante de R\$167.858, foram contabilizados como arrecadação antecipada dos valores a receber de parcela A e outros itens financeiros, não impactando o resultado da Companhia no exercício. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 o saldo a receber é de R\$104.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

9. Valores a receber/devolver de parcela A e outros itens financeiros

A Conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA) é o mecanismo destinado a registrar as variações de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no exercício entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse destas variações para as tarifas, onde a concessionária contabiliza as variações desses custos como ativos e passivos regulatórios, conforme demonstrado a seguir:

		31/12/2015		
		Circulante	Não circulante	Total
<i>Parcela A</i>				
CDE - Conta de Desenvolvimento Energético		25.006	1.284	26.290
PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica		618	-	618
Rede básica		7.572	819	8.391
Compra energia		130.277	22.967	153.244
ESS - Encargos do Serviço do Sistema		(145.987)	(6.900)	(152.887)
Total da parcela A		17.486	18.170	35.656
<i>Itens financeiros</i>				
Garantia financeira		(10.072)	10.697	625
Sobrecontratação energia		(32.281)	(11.907)	(44.188)
Exposição financeira		7.784	4.739	12.523
Eletronuclear		3.669	-	3.669
Neutralidade		(21.580)	(19.382)	(40.962)
Outros		(415)	(30.154)	(30.569)
Total de itens financeiros		(52.895)	(46.007)	(98.902)
Total geral		(35.409)	(27.837)	(63.246)

		31/12/2014		
		Circulante	Não circulante	Total
<i>Parcela A</i>				
CDE - Conta de Desenvolvimento Energético		432	942	1.374
PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica		605	37	642
Rede básica		4.678	8.409	13.087
Compra energia		120.020	222.038	342.058
PIS/CONFINS		36.766	-	36.766
ESS - Encargos do Serviço do Sistema		(12.414)	(115.650)	(128.064)
Total da parcela A		150.087	115.776	265.863
<i>Itens financeiros</i>				
Garantia financeira		335	267	602
Sobrecontratação energia		56.600	114.523	171.123
Exposição financeira		(5.162)	(1.103)	(6.265)
Diferencial Eletronuclear		10.287	-	10.287
Neutralidade		(7.706)	-	(7.706)
Outros		-	333	333
Total de itens financeiros		54.354	114.020	168.374
Total geral		204.441	229.796	434.237

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

9. Valores a receber/devolver de parcela A e outros itens financeiros-- Continuação

A partir do 2º semestre de 2014 com o advento do OCPC08 - Reconhecimento de Determinados Ativos ou Passivos nos relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica, emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade, que regulamentou o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios oriundos do aditivo contratual assinado com o Poder Concedente conforme Nota 2, a Companhia passou a registrar esses direitos e obrigações de acordo com o período de competência e de maneira prospectiva.

	31/12/2014	Constituição	Baixa	Atualização	Amortizações	31/12/2015
Parcela A						
CDE - Conta de Desenvolvimento Energético	1.374	35.774	(9.576)	4.691	(5.973)	26.290
PROINFA- Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica	642	900	65	113	(1.102)	618
Rede básica	13.087	4.282	113	1.508	(10.599)	8.391
Compra energia (a)	342.058	(66.995)	105.427	37.136	(264.382)	153.244
PIS/CONFINS	36.766	-	-	-	(36.766)	-
ESS - encargos do serviço do sistema (e)	(128.064)	(117.548)	14.351	(19.948)	98.322	(152.887)
Total da parcela A	265.863	(143.587)	110.380	23.500	(220.500)	35.656
Itens financeiros						
Garantia financeira	602	579	(22)	-	(534)	625
Sobrecontratação energia (b)	171.123	(99.753)	(98.644)	2.668	(19.582)	(44.188)
Exposição financeira 2014 (c)	(6.265)	16.603	1.911	1.068	(794)	12.523
Eletronuclear	10.287	-	5.493	-	(12.111)	3.669
Neutralidade (d)	(7.706)	(38.984)	(2.653)	-	8.381	(40.962)
Outros	333	(30.186)	(709)	-	(7)	(30.569)
Total de itens financeiros	168.374	(151.741)	(94.624)	3.736	(24.647)	(98.902)
Total geral	434.237	(295.328)	15.756	27.236	(245.147)	(63.246)

Anualmente, no mês de agosto, a Companhia tem suas tarifas reajustadas pela ANEEL, momento em que é feita a adequação de seus custos da Parcela A (custos não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão). Neste momento a Companhia processa a baixa dos saldos que foram constituídos, tanto positivos quanto negativos, dos componentes financeiros concedidos no reajuste tarifário do ano anterior.

No 1º trimestre de 2015, a Companhia recebeu da conta ACR o valor R\$169.626 referente à liquidação de novembro e dezembro de 2014.

(a) A Portaria Interministerial dos Ministérios do Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" (CVA), com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica, de forma a permitir maior neutralidade no repasse dessas variações para as tarifas. Essas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

9. Valores a receber/devolver de parcela A e outros itens financeiros-- Continuação

- (b) A Sobrecontratação é apurada considerando o volume de energia da empresa exposta no mercado de curto prazo, bem como os valores do PLD (Preço de Liquidação de Diferença) apurados mensalmente na CCEE. Nesse sentido temos: (i) Em 2014 o PLD teve média de R\$603,39 sendo superior ao ano de 2015, com isso constituindo um componente ativo do ano de 2014; (ii) no exercício de 2015, a CELPA teve o volume de exposição ao mercado de curto prazo inferior, aliado ao PLD médio de 2015 menor no patamar de R\$223; e (iii) em conjunto, tivemos o despacho de térmicas por parte do Operador Nacional do Sistema - ONS em quantidade menor, o que diminui as despesas da receita variável juntos aos geradores. Fatos que levam a constituição para o ano de 2015 de componente passivo, em relação a 2014, quando a situação hidrológica do país estava no ápice do problema dos reservatórios.
- (c) Conforme dispõe o artigo 28 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seus § 2º e § 3º, as regras de comercialização preveem mecanismos específicos para o rateio dos riscos financeiros decorrentes de diferenças de preços entre submercados, eventualmente impostos aos agentes de distribuição que celebrarem Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR na modalidade de quantidade de energia.
- (d) Decorre do repasse aos consumidores da compensação financeira devido à violação dos limites de continuidade dos pontos de conexão dos acessos de distribuidoras a outras distribuidoras, conforme previsto no Módulo 8 dos Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional - PRODIST (Seção 8.2, item 6.1.5.2). Referem-se a valores pagos pelas distribuidoras acessadas, que devem ser repassados aos consumidores finais das distribuidoras acessantes, sob a forma de financeiro negativo.
- (e) Encargo pago referente à entrada das usinas térmicas como forma de poupar os reservatórios das usinas hidrelétricas e das entradas das usinas térmicas devido a restrição de transmissão entre os submercados.

10. Impostos a recuperar

Os saldos do circulante e não circulante em decorrência das retenções ou antecipações legais estão demonstrados a seguir:

10.1. Impostos e contribuições a recuperar

	31/12/2015	31/12/2014
Circulante		
ICMS	-	31.133
INSS	-	646
PAEX a recuperar	40.798	38.267
ISS	9	154
Total	40.807	70.200
Não circulante		
ICMS	54.372	58.812
FINSOCIAL	2.247	2.173
Total	56.619	60.985

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

10. Impostos a recuperar--Continuação

10.2. Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar

	30/12/2015	31/12/2014
Circulante		
IRRF sobre aplicação financeira	26.472	8.950
IRPJ/CSLL a restituir (a)	23.228	18.014
Total	49.700	26.964
Não circulante		
IRPJ/CSLL a restituir (a)	39.661	36.238
Total	39.661	36.238

(a) Os valores registrados no grupo circulante são originários de antecipações e de valores retidos na fonte de Órgãos Públicos de IRRF, CSLL, PIS e COFINS do ano de 2015. O grupo não circulante é composto de antecipações de IRPJ e CSLL do ano-calendário de 2004 e que foram pagas através de parcelamento na forma da Lei nº 11.941/2009.

11. Aquisição de combustível - Conta CCC

A Companhia detém em 31 de dezembro de 2015 crédito junto à Conta de Consumo de Combustível Fósseis - "CCC" no montante de R\$221.298 (R\$236.701 em 31 de dezembro de 2014). Os créditos supracitados estão registrados pelo valor histórico, não constam registros de encargos pelo atraso nos repasses. No exercício de 2015, a Companhia recebeu R\$212.500.

A CCC foi criada pelo Decreto nº 73.102, de 7 de novembro de 1973, com a finalidade de aglutinar o rateio dos custos relacionados ao consumo de combustíveis para a geração de energia termoeletrica nos sistemas isolados, especialmente na região Norte do país. O objetivo da Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, é reembolsar os custos de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados, incluindo os custos relativos à contratação de energia e de potência associada à geração própria para atendimento ao serviço público de distribuição de energia elétrica, aos encargos do setor elétrico e impostos e, ainda, aos investimentos realizados, que deverá ocorrer através da CCC.

12. Ativo financeiro da concessão

Refere-se à parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação das interpretações técnicas ICPC 01 - (R1) Contrato de Concessão e ICPC 17 - Contrato de Concessão: Evidenciação e da orientação técnica OCPC 05 - Contrato de Concessão. Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

12. Ativo financeiro da concessão--Continuação

A indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

	2015			2014		
	Custo	(-) Obrigações vinculadas à concessão	Valor líquido	Custo	(-) Obrigações vinculadas à concessão	Valor líquido
Em serviço	1.945.580	(531.553)	1.414.027	1.370.962	(461.145)	909.817

A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão está assim apresentada:

	Atualização do ativo financeiro (a)		Ajuste VNR (b)	Capitalização	Baixas	31/12/2015
	31/12/2014					
Ativo financeiro	1.370.962	174.632	(32.876)	442.105	(9.243)	1.945.580
Obrigações especiais	(461.145)	(49.669)	(61)	(34.669)	13.991	(531.553)
Total	909.817	124.963	(32.937)	407.436	4.748	1.414.027

	Atualização do ativo financeiro (a)		Capitalização	31/12/2014
	31/12/2013			
Ativo financeiro	906.438	38.431	426.093	1.370.962
Obrigações especiais	(305.894)	(13.399)	(141.852)	(461.145)
Total	600.544	25.032	284.241	909.817

A concessão da Companhia não é onerosa, dessa forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

(a) Atualização do ativo financeiro

Em 11 de setembro de 2012 foi publicada a Medida Provisória nº 579, que dispõe sobre a prorrogação e licitação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências. Tal medida provisória foi convertida em 11 de janeiro de 2013 na Lei nº 12.783.

De acordo com este normativo legal, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente.

Visando a melhor estimativa da indenização ao final da concessão, o valor justo do ativo financeiro é revisado mensalmente, considerando a atualização pelo IGP-M, por ser este um dos principais critérios de atualização anual utilizada pelo regulador nos processos de reajuste tarifário. Possíveis variações decorrentes do critério de cálculo do VNR também são consideradas.

(b) Ajuste VNR

Refere-se a ajuste de obrigações financeiras referente ao VNR em razão da homologação da Revisão Tarifária da CELPA, conforme Despacho nº 2.441, de 29 de julho de 2015.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

13. Sub-rogação da CCC

Em conformidade com as disposições da Resolução ANEEL nº 784, de 24 de dezembro de 2002, e Resolução Autorizativa - ANEEL nº 1.999, de 7 de julho de 2009, alterada pela Resolução Autorizativa - ANEEL nº 3.405, de 27 de março de 2012 a Companhia foi enquadrada na sub-rogação dos benefícios do rateio da CCC, que trata da interligação de municípios isolados ao Sistema Interligado Nacional - SIN.

O Despacho ANEEL nº 4.722, de 18 de dezembro de 2009, trata nos itens 53 e 54, a respeito da contabilização do subsídio. O mencionado despacho determina que todos os valores já recebidos ou aprovados sejam registrados no grupo de contas "223 - Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica".

O valor do investimento reconhecido e aprovado pela ANEEL para interligação da Ilha do Marajó é de R\$465.198, dividido em duas fases distintas, sendo a 1ª fase no valor de R\$184.660 e 2ª fase no valor de R\$280.538. Já para Interligação dos Municípios de Oriximiná e Óbidos o valor aprovado é de R\$22.374.

Do valor total do investimento da interligação da Ilha do Marajó, já foi repassado à Companhia R\$163.912 (R\$98.245 em 31 de dezembro de 2014), ficando um saldo a receber de R\$348.129 (R\$366.953 em 31 de dezembro de 2014) e R\$22.374 referente à interligação dos Municípios de Oriximiná e Óbidos.

Programa	Saldo em 31/12/2014	Transferência para obras	Parcela recebida	Montante aprovado	Atualização IGPM	Saldo em 31/12/2015
Sub-rogação Ilha do Marajó	113.255	(50.982)	(65.667)	-	46.844	43.450
Sub-rogação Oriximiná e Óbidos	-	-	-	22.374	-	22.374
Total	113.255	(50.982)	(65.667)	22.374	46.844	65.824

14. Outros créditos a receber

	31/12/2015		31/12/2014	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Adiantamentos a fornecedores	4.898	-	5.702	-
Alienação de bens e direitos	1.779	-	1.814	-
Caução em garantia (a)	-	58.844	-	37.699
Créditos em ressarcimento de energia	3.262	-	9.987	-
Créditos em conta de energia elétrica	3.311	-	3.286	-
Despesas pagas antecipadamente	5.261	-	3.776	-
Valores a liberar (b)	-	16.140	-	16.140
Valores a recuperar de empregados	518	-	802	-
Outros créditos a receber (c)	24.362	8	27.595	8
Total	43.391	74.992	52.962	53.847

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

14. Outros créditos a receber--Continuação

- (a) Em cumprimento às exigências contratuais do contrato de Dívida de Médio e Longo Prazo (DMLP), junto à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Bônus de Desconto e Bônus ao Par, são mantidas garantias constituídas em forma de caução em dinheiro junto a STN e que se destinam a amortizar os valores de principal desses empréstimos, cujo vencimento se dá em 15 de abril de 2024.
- (b) Refere-se ao saldo do Banco Daycoval de R\$16.140, bloqueado consequente, aos contratos de financiamento repactuados através do Plano de Recuperação Judicial.
- (c) Dos R\$24.362 de outros créditos a receber, tem-se como principal composição R\$19.475 referente a financiamento do padrão de entrada, oferecido aos consumidores localizados em áreas de baixa renda em que foram realizadas ações de regularização de consumo não registrado, R\$926 de uso mútuo de poste, que é o compartilhamento da infraestrutura da disponibilidade de energia elétrica, e R\$3.961 refere-se a outras contas a receber.

15. Intangível

O ativo intangível está constituído da seguinte forma:

31/12/2015				
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações vinculadas à concessão Valor líquido
Em serviço	4,28%	4.886.794	(1.878.063)	(905.434) 2.103.297
Em curso		479.264	-	(431.197) 48.067
Total		5.366.058	(1.878.063)	(1.336.631) 2.151.364

31/12/2014				
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações vinculadas à concessão Valor líquido
Em serviço	4,18%	4.448.549	(1.697.099)	(769.906) 1.981.544
Em curso		848.829	-	(546.735) 302.094
Total		5.297.378	(1.697.099)	(1.316.641) 2.283.638

O ativo intangível é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão amortizáveis até agosto de 2028, conforme ICPC01.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, a infraestrutura utilizada na distribuição de energia elétrica é vinculada a esses serviços, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL.

A Resolução nº 20 da ANEEL, de 3 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação dos bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo a autorização prévia para desvinculação da infraestrutura inservível à concessão, quando destinada à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na própria concessão.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

15. Intangível--Continuação

A movimentação do ativo intangível está demonstrada abaixo:

	31/12/2014	Adições	Baixas	Capitalização (a)	31/12/2015
Em serviço	4.448.549	-	(147.708)	585.953	4.886.794
(-) Amortização	(1.697.099)	(288.133)	107.169	-	(1.878.063)
Total em serviço	2.751.450	(288.133)	(40.539)	585.953	3.008.731
Em curso	848.829	700.396	(41.903)	(1.028.058)	479.264
Total	3.600.279	412.263	(82.442)	(442.105)	3.487.995
Obrigações especiais (b)	(1.583.914)	(213.840)	56.025	34.669	(1.707.060)
(-) Amortização	267.273	103.156	-	-	370.429
Total em obrigações especiais	(1.316.641)	(110.684)	56.025	34.669	(1.336.631)
Total geral	2.283.638	301.579	(26.417)	(407.436)	2.151.364

	31/12/2013	Adições	Baixas	Capitalização (a)	31/12/2014
Em serviço	3.915.948	-	(94.104)	626.705	4.448.549
(-) Amortização	(1.546.337)	(222.562)	71.800	-	(1.697.099)
Total em serviço	2.369.611	(222.562)	(22.304)	626.705	2.751.450
Em curso	1.041.429	919.120	(58.922)	(1.052.798)	848.829
Total	3.411.040	696.558	(81.226)	(426.093)	3.600.279
Obrigações especiais (b)	(1.346.459)	(428.632)	49.325	141.852	(1.583.914)
(-) Amortização	226.384	51.755	(10.866)	-	267.273
Total em obrigações especiais	(1.120.075)	(376.877)	38.459	141.852	(1.316.641)
Total geral	2.290.965	319.681	(42.767)	(284.241)	2.283.638

(a) Capitalizações correspondem às transferências do intangível em curso para o intangível em serviço e ativo financeiro em serviço da concessão.

(b) Obrigações especiais representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

15. Intangível--Continuação

Intangível em curso

O saldo do intangível em curso está constituído da seguinte forma:

	31/12/2015	31/12/2014
Obras em andamento	330.567	694.951
Materiais em depósito	94.963	105.579
Adiantamento a fornecedores	53.734	48.299
Total	479.264	848.829

O intangível em curso teve essa redução em consequência da capitalização de obras em curso que passou a situação de em serviço e cujas prazo médio de construção gira em torno de 12 a 18 meses tendo a sua conclusão concentrada no 1º trimestre de 2015, a qual resultou na redução considerável do saldo em curso.

16. Fornecedores

	31/12/2015	31/12/2014
Aquisição de combustível	112.544	174.377
Encargos de uso da rede elétrica	10.226	4.242
Materiais e serviços	145.408	245.842
Retenção contratual de fornecedores	5.421	4.682
Suprimento de energia elétrica	292.141	399.299
Total	565.740	828.442

As principais variações do exercício decorrem de pagamentos na aquisição de combustível em razão dos repasses da CCC efetuados pela Eletrobrás, na aquisição de materiais e serviços devidos sobretudo à redução da atividade de investimentos e em suprimentos de energia elétrica em razão da redução do preço de aquisição no mercado *spot*, tendo 166,89 R\$/MWh em dezembro de 2015 (R\$/MWh 603,39 em 31 de dezembro de 2014). O preço de liquidação de diferença médio estimado do exercício de 2015 foi de R\$295,61.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

17. Empréstimos e financiamentos

31/12/2015				
	Custo médio da dívida (% a.a.)	Circulante principal e encargos	Não circulante principal e encargos	Total
Moeda nacional:				
Eletrobrás	6,89%	8.054	51.195	59.249
SAFRA-FINAME	11,32%	274	-	274
IBM	14,35%	28.344	25.870	54.214
Guanabara	14,79%	2.055	3.719	5.774
BNDES	11,01%	73.338	516.823	590.161
Caixa Econômica Federal	6,00%	-	34.663	34.663
Subtotal	10,72%	112.065	632.270	744.335
(-) Custo de transação	-	(736)	(2.975)	(3.711)
Total moeda nacional	10,77%	111.329	629.295	740.624
Moeda estrangeira (USD):				
Tesouro Nacional	6,20%	2.510	75.874	78.384
CCBI Itaú	2,34%	137.638	135.645	273.283
CCBI Citibank	6,11%	196.902	243.993	440.895
Santander	3,30%	151.100	-	151.100
Subtotal	4,58%	488.150	455.512	943.662
(-) Custo de transação	-	(699)	-	(699)
Total moeda estrangeira	4,58%	487.451	455.512	942.963
Total geral	7,30%	598.780	1.084.807	1.683.587

31/12/2014				
	Custo médio da dívida (% a.a.)	Circulante principal e encargos	Não circulante principal e encargos	Total
Moeda nacional:				
Eletrobrás	6,89%	8.054	59.249	67.303
FINAME	9,35%	834	272	1.106
Leasing	13,56%	28	-	28
Giro IBM	10,62%	4.194	5.293	9.487
Crédito RJ	5,54%	-	866.877	866.877
Giro NPS Itaú	11,58%	120.685	-	120.685
Giro IBM	11,75%	3.060	6.424	9.484
Guanabara	12,12%	2.052	5.747	7.799
IBM	10,73%	6.572	16.328	22.900
BNDES	7,53%	33.243	350.590	383.833
Subtotal	6,79%	178.722	1.310.780	1.489.502
(-) Custo de transação	-	(112)	(897)	(1.009)
Total moeda nacional	6,79%	178.610	1.309.883	1.488.493
Moeda estrangeira (USD):				
Crédito RJ	5,28%	-	178.890	178.890
Tesouro Nacional	5,55%	2.302	48.535	50.837
CCBI Itaú	3,10%	233.516	-	233.516
CCBI Citibank	4,78%	204.244	-	204.244
CCBI Citibank	2,37%	96.561	-	96.561
Subtotal	4,13%	536.623	227.425	764.048
(-) Custo de transação	-	(1.657)	(700)	(2.357)
Total moeda estrangeira	4,14%	534.966	226.725	761.691
Total geral	5,89%	713.576	1.536.608	2.250.184

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

17. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia registrou o montante de R\$1.683.587 (R\$2.250.184 em 31 de dezembro de 2014), referente a empréstimos e financiamentos, sendo R\$598.780 de curto prazo e R\$1.084.807 de longo prazo (R\$713.576 de curto prazo e R\$1.536.608 de longo prazo em 31 de dezembro de 2014) a um custo médio de 7,3% a.a., equivalente a 54,96% do CDI (5,89% a.a., equivalente a 54,47% do CDI, em 31 de dezembro de 2014).

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos tinham os seguintes vencimentos:

Vencimento	31/12/2015		31/12/2014	
	Valor	%	Valor	%
Circulante	598.780	35,6%	713.576	31,7%
2016	-	-	89.394	4,0%
2017	288.427	17,1%	87.645	3,9%
2018	297.165	17,7%	79.950	3,6%
2019	110.702	6,6%	1.281.216	56,9%
2020	110.155	6,5%	-	-
Após 2020	281.333	16,7%	-	-
Subtotal	1.087.782	64,6%	1.538.205	68,4%
Custo de captação (não circulante)	(2.975)	-0,2%	(1.597)	-0,1%
Não circulante	1.084.807	64,4%	1.536.608	68,3%
Total geral	1.683.587	100%	2.250.184	100%

A movimentação da conta de empréstimos e financiamentos está descrita a seguir:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira (USD)		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2014	178.610	1.309.883	534.966	226.725	2.250.184
Reclassificação RJ (b)	-	(866.877)	-	(178.890)	(1.045.767)
Ingressos	-	274.574	125.000	493.613	893.187
Encargos	40.068	3.216	18.029	-	61.313
Variação monetária e cambial	1.457	10.484	71.046	209.446	292.433
Transferências de principal	99.907	(99.907)	296.082	(296.082)	-
Pagamentos de baixas de principal	(179.502)	-	(542.751)	-	(722.253)
Pagamentos de baixas de juros	(28.587)	-	(15.879)	-	(44.466)
Transferências de transação	(512)	512	(700)	700	-
Apropriação de custo de transação	(112)	(2.590)	1.658	-	(1.044)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	111.329	629.295	487.451	455.512	1.683.587

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

17. Empréstimos e financiamentos--Continuação

	Moeda nacional		Moeda estrangeira (USD)		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2013	8.068	953.006	2.615	570.621	1.534.310
Ingressos	320.000	436.114	80.000	-	836.114
Encargos	19.742	42.279	13.085	8.088	83.194
Variação monetária e cambial	-	7.255	69.725	26.288	103.268
Transferências de principal	100.788	(100.788)	381.729	(381.729)	-
Pagamentos de baixas de principal	(253.521)	(20.083)	(1.006)	-	(274.610)
Pagamentos de baixas de juros	(17.349)	-	(11.182)	-	(28.531)
Custo de transação	-	(897)	-	-	(897)
Transferência partes relacionadas (a)	-	(7.724)	-	-	(7.724)
Transferências de transação	(721)	721	(3.457)	3.457	-
Apropriação de custo de transação	1.603	-	3.457	-	5.060
Saldo em 31 de dezembro de 2014	178.610	1.309.883	534.966	226.725	2.250.184

O saldo referente à garantia de dívida da Companhia é compreendido por caução no montante de R\$58.520.

- (a) Refere-se à transferência da dívida do Banco Guanabara RJ cedidas a Equatorial Energia decorrente de operações entre partes relacionadas (vide Nota 23).
- (b) Reclassificação de dívidas da recuperação judicial, parcialmente contestadas pelos credores, cujo caráter contingente deixou de existir com o fim desta e, portanto, passaram a ser considerados como contas a pagar de credores da recuperação judicial e assim classificados. Após essa definição, em 2015, estes foram ajustados a valor presente, assim como todas as demais dívidas sujeitas à recuperação judicial.

Acompanhamento dos covenants financeiros dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pela CELPA possuem covenants e garantias financeiras, cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. Até o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia manteve-se dentro dos limites estipulados nos contratos.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

18. Impostos e contribuições a recolher

	31/12/2015	31/12/2014
Circulante		
ICMS	144.743	84.351
ICMS parcelamento (a)	33.056	29.625
Contribuição social sobre lucro	13.462	9.014
Encargos sociais e outros	7.948	6.668
PIS/COFINS	25.714	36.390
Outros (b)	6.247	6.343
Total	231.170	172.391
Não circulante		
ICMS parcelamento (a)	30.316	57.750
Outros (b)	19.289	18.580
Total	49.605	76.330

- (a) Parcelamentos concedidos pela Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ) originário de débitos de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), o qual será pago em parcelas mensais corrigidas pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, acrescido de 1% de juros, sendo que o último pagamento está previsto para ser liquidado 30 de novembro de 2017.
- (b) Os valores demonstrados no circulante referem-se a débitos correntes de ISS e os valores do não circulante são originários de PIS e COFINS a recolher que foram compensados com créditos de DIPJ 2004 e tiveram sua PER/DCOMP não homologadas através dos Despachos nºs 932677225 e 932677217, os referidos despachos encontram-se com recurso voluntário na forma do artigo 73 do Decreto nº 7.574/2011.

19. Encargos do consumidor

	31/12/2015	31/12/2014
CDE - Conta de Desenvolvimento Energético	33.205	668
Total	33.205	668

A partir de agosto de 2015, a conta CDE considerou além da cota mensal do encargo, os valores correspondentes ao pagamento das parcelas do empréstimo da conta ACR, concedido para minimizar as despesas das distribuidoras no mercado de curto prazo no ano de 2014.

20. Participação nos lucros de empregados

O programa de participação nos resultados, implantado em 2013, é corporativo e está atrelado ao resultado do EBITDA e diversos outros indicadores operacionais e financeiros da Companhia. O programa é composto por avaliações dos indicadores da presidência, diretorias, gerências, coordenadores e colaboradores e vem evoluindo ao longo dos anos de forma a propiciar um maior engajamento dos colaboradores na melhoria dos resultados operacionais na Companhia. Em 31 de dezembro de 2015, o saldo provisionado de participação nos lucros é de R\$31.882 (R\$24.694 em 31 de dezembro de 2014).

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

21. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias considerando as suas projeções de lucro tributável. Os créditos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais não possuem prazo de prescrição e os seus efeitos financeiros ocorrerão no momento da sua realização. O imposto de renda é calculado à alíquota de 25%, considerando o adicional de 10% e a contribuição social foi constituída à alíquota de 9%. Dessa forma, os referidos créditos fiscais estão reconhecidos, considerando a expectativa de sua realização, sendo observado o limite de 30% para compensação anual com lucros tributáveis, conforme determinação do CPC 26.

Composição dos créditos e débitos de imposto de renda e contribuição social diferidos

a) Composição dos impostos de renda e contribuição social diferidos:

	31/12/2015	31/12/2014
IRPJ e CSLL diferenças temporárias	24.785	133.271
IRPJ e CSLL sobre reserva de reavaliação	(88.326)	(107.413)
Provisão para realização	-	(25.858)
Total	(63.541)	-

b) A composição do IRPJ e da CSLL sobre diferenças temporárias é apresentada a seguir:

	31/12/2015	31/12/2014
AVP- Ajuste a Valor Presente	(149.032)	3.522
Contingências	66.194	62.666
Depreciação acelerada	6.332	(8.612)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	151.003	97.325
Provisão fundo de pensão	12.484	12.551
Swap	(73.949)	(6.528)
VNR e atualização	(23.802)	(8.511)
Outras	35.555	(19.142)
Total	24.785	133.271

A Companhia possui prejuízos fiscais e base negativa de CSLL não reconhecidos em seu ativo em 31 de dezembro de 2015, por não atender às condições previstas no CPC 32 e na Deliberação CVM nº 371/2002. Tais créditos de IRPJ e CSLL, no montante de R\$203.925 (R\$209.693 em 2014), não possuem prazo de prescrição.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

21. Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

Composição dos créditos e débitos de imposto de renda e contribuição social diferidos-- Continuação

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) debitada em resultado, nos exercícios de 31 de dezembro de 2015 e 2014, é demonstrada como segue:

	31/12/2015		31/12/2014	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	597.229	597.229	192.627	192.627
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	149.307	53.751	48.157	17.336
Adições:				
Provisão para contingências	48.672	17.522	46.078	16.588
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	39.470	14.209	24.440	8.798
Ajuste a valor presente	28.840	10.382	-	-
Ajustes RTT (Lei nº 11.638/2008)	-	-	32.940	11.858
IRPJ/CSLL sobre reserva de reavaliação	15.131	5.447	15.645	5.632
Provisão fundo de pensão	9.179	3.305	9.228	3.322
Outras despesas não dedutíveis	104.778	37.720	51.445	18.529
Total	246.070	88.585	179.776	64.727
Exclusões:				
Provisão para contingências	(46.078)	(16.588)	-	-
Provisão fundo de pensão	(9.228)	(3.322)	-	-
Ajustes RTT (Lei nº 11.638/2008)	-	-	(36.609)	(13.179)
Swap	(38.178)	(13.744)	-	-
Ajuste a valor presente	(121.070)	(43.585)	-	-
Reversões de provisões	-	-	(99.385)	(35.778)
Depreciação acelerada	-	-	(6.332)	-
VNR	(105.641)	(38.031)	-	-
Incentivo P&D	(1.589)	(572)	-	-
Outras	(20.283)	(7.262)	(56.194)	(20.229)
Total	(342.067)	(123.104)	(198.520)	(69.186)
IRPJ e CSLL	53.310	19.232	29.413	12.877
Compensação base negativa de CSLL	-	(5.770)	-	(3.863)
Incentivo prorrogação licença-maternidade	-	-	(706)	-
Incentivo PAT	(1.282)	-	(50)	-
IRPJ e CSLL no resultado do exercício	52.028	13.462	28.657	9.014
Alíquota efetiva (excluindo IRPJ/CSLL diferidos)	8,71%	2,25%	14,88%	4,68%
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL constituídos	-	-	(23.481)	(138.123)
Ativo fiscal diferido	45.045	18.496	10.167	1.380
Provisão para realização do ativo fiscal diferido	-	-	(10.167)	(1.380)
(+) IRPJ Subvenção governamental	(52.028)	-	(28.657)	-
IRPJ e CSLL no resultado do exercício	45.045	31.958	(23.481)	(129.109)
Alíquota efetiva com ativo fiscal diferido	7,54%	5,35%	-12,19%	-67,03%

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

21. Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

Composição dos créditos e débitos de imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

Em 19 de dezembro de 2013, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, que pertence ao Ministério de Integração Nacional, emitiu o Laudo Constitutivo nº 140/2013, que outorga à CELPA o benefício de redução do imposto de renda de 75%, calculado sobre o imposto de renda apurado na base do lucro da exploração, sob a justificativa de diversificação de empreendimento de infraestrutura, com prazo de vigência de 2013 até o ano de 2022. Em 2015, o valor do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração foi de R\$20.586.

22. Provisão para processos cíveis, fiscais, regulatórias e trabalhistas

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme segue:

	31/12/2015			31/12/2014		
	Valor das causas	Depósitos judiciais	Provisão líquida	Valor das causas	Depósitos judiciais	Provisão líquida
Cíveis (a)	91.181	(108.623)	(17.442)	84.057	(94.880)	(10.823)
Regulatórias	3.913	-	3.913	8.336	-	8.336
Trabalhistas	99.594	(35.195)	64.399	91.918	(32.856)	59.062
	194.688	(143.818)	50.870	184.311	(127.736)	56.575
Circulante	99.115	(2.306)	96.809	-	(595)	(595)
Não circulante	95.573	(141.512)	(45.939)	184.311	(127.141)	57.170

(a) Dos valores de depósitos judiciais cíveis, R\$61.996 se referem a fluxos de contratos de cédulas bancárias que estão sendo depositados no âmbito do processo de recuperação judicial. Esses créditos foram listados no plano de recuperação judicial e foram impugnados pelas instituições financeiras credoras. Os valores permanecerão depositados em juízo até que seja proferida pela justiça uma decisão final de mérito sobre a sujeição ou não dos créditos ao regime recuperacional.

Movimentação dos processos no exercício

	31/12/2014			31/12/2015		
	Saldo inicial	Adição à provisão	Utilização	Reversão de provisão	Atualização	Saldo final
Cíveis	84.057	9.975	(1.923)	(8.420)	7.492	91.181
Regulatórias	8.336	1.994	(5.113)	(1.834)	530	3.913
Trabalhistas	91.918	3.390	(2.685)	(3.123)	10.094	99.594
Total	184.311	15.359	(9.721)	(13.377)	18.116	194.688

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

22. Provisão para processos cíveis, fiscais, regulatórias e trabalhistas-- Continuação

Movimentação dos processos no exercício--Continuação

	31/12/2013		31/12/2014		
	Saldo inicial	Adição à provisão	Reversão de provisão	Atualização	Saldo final
Cíveis	59.726	23.683	(12.427)	13.075	84.057
Fiscais	80	-	(80)	-	-
Regulatórias (a)	127.389	3.203	(122.358)	102	8.336
Trabalhistas	78.603	4.757	(8.744)	17.302	91.918
Total	265.798	31.643	(143.609)	30.479	184.311

(a) Do valor das reversões, R\$39.540 foram parceladas no âmbito da Lei nº 12.996/2014 em agosto de 2014, R\$20.044 referem-se à redução ou ganhos nas penalidades aplicadas e R\$21.801 referente ajuste de processos e de cálculo da SELIC, R\$2.067 decorrente pagamento de processo e R\$38.906 referentes aos Termos de Ajustamento de Conduta - TACs (conforme despacho nº 2.913, de 18 de setembro de 2012, que homologou o plano de transição da CELPA), uma vez que estes passaram a ser controlados por conta específica de obrigações especial.

Cíveis

A Companhia figura como parte ré em 9.092 processos cíveis, sendo que 6.773 tramitam em Juizados Especiais, os quais, em sua grande maioria, referem-se a pleitos de danos materiais e morais, assim como ressarcimento de valores pagos por consumidores.

Os processos cíveis mais significativos envolvem ações indenizatórias questionando falha no fornecimento, acidentes com a rede de distribuição, morte por descarga elétrica ou danos decorrentes da rescisão de contratos com fornecedores.

As demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2015 contemplam provisão de R\$91.181 (R\$84.057 em 31 de dezembro de 2014).

Além das perdas provisionadas, existem outras contingências cíveis cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$377.853 (R\$516.122 em 31 de dezembro de 2014) para as quais não foi constituída provisão. Os assuntos discutidos nos processos mais relevantes de diagnóstico possível na esfera cível são: devolução de valores pagos, questionamento sobre a cobrança de consumo não registrado, falha no fornecimento de energia elétrica; e quebra de contrato, que são demandas nas quais antigos fornecedores da Companhia alegam desequilíbrio contratual e pleiteiam ressarcimento de danos decorrentes da execução dos contratos.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

22. Provisão para processos cíveis, fiscais, regulatórias e trabalhistas-- Continuação

Fiscais

A Companhia figura como parte ré em 93 processos fiscais os quais versam sobre repasse de PIS, COFINS, ICMS, taxa de uso de ocupação do solo, dentre outros assuntos relativos a lançamentos e autuações fiscais.

Existem contingências fiscais cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação da Gerência Jurídica e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$16.182 (R\$16.180 em 31 de dezembro de 2014) para as quais não foi constituída provisão. O assunto mais relevante é execução fiscal de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviço que representa R\$16.164 do valor possível.

Regulatórias

Atualmente, a Companhia possui um processo de infração em tramitação na ANEEL que totaliza R\$1.919 e quatro autos de infração a serem lavrados pela Agência, oriundos de fiscalizações recorrentes para os quais o cálculo da multa estimada totaliza R\$1.994, totalizando o saldo de R\$3.913. Em julho de 2014, 13 processos que correspondiam a R\$39.000 em multas foram convertidos em TAC (termo de ajustamento de conduta), conforme aprovado no plano de transição da Companhia e pelos extratos publicados no Diário Oficial em 17 de julho de 2014, e seus valores serão revertidos em investimentos, reconhecidos como obrigações especiais, na melhoria do serviço prestado.

Trabalhistas

Atualmente, o passivo trabalhista é composto por 1.876 reclamações ajuizadas por ex-empregados da Companhia, com pedidos que variam entre verbas rescisórias, horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial, doença ocupacional/reintegração, entre outros, assim como por ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), que pleiteiam, em sua maioria, verbas rescisórias.

Dos processos trabalhistas existentes, constam duas ações coletivas ajuizadas pelo Ministério Público do Trabalho e 13 (treze) ações coletivas movidas pelos Sindicatos representantes das categorias dos empregados.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

22. Provisão para processos cíveis, fiscais, regulatórias e trabalhistas-- Continuação

Trabalhistas--Continuação

Existem outras duas ações relevantes propostas pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado do Pará e pelo Sindicato dos Eletricitários do Estado do Pará as quais postulam a incidência dos adicionais de periculosidade, horas extras, sobreaviso e noturno sobre a remuneração. O Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, em sede de Recurso Ordinário, excluiu o pagamento do adicional de sobreaviso sobre a periculosidade. O Tribunal Superior do Trabalho confirmou o Acórdão Regional, em todo o seu teor. Atualmente, os processos foram liquidados e se encontram em fase de execução. Os processos estão provisionados em R\$6.818 e R\$49.099.

As demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2015 contemplam provisão de R\$99.594 (R\$91.918 em 31 de dezembro de 2014).

Além das perdas provisionadas, existem outras contingências trabalhistas cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$71.251 (R\$38.382 em 31 de dezembro de 2014) para as quais não foi constituída provisão. As ações relevantes com diagnóstico possível versam sobre ação civil pública requerendo o pagamento de adicional de periculosidade aos colaboradores e reclamações trabalhistas individuais requerendo o pagamento de verbas rescisórias envolvendo empresas terceirizadas prestadoras de serviços, respondendo a CELPA apenas subsidiariamente nesses pleitos.

A Companhia está sujeita às leis de preservação ambiental e aos respectivos regulamentos nas esferas Federal, Estadual e Municipal. A Companhia considera que a exposição aos riscos ambientais, baseada na avaliação dos dados disponíveis, no atendimento às leis e aos regulamentos aplicáveis, não apresenta impacto relevante em suas demonstrações financeiras ou no resultado de suas operações.

Os processos nos quais a Companhia é parte, bem como os depósitos judiciais a eles associados, são classificados em curto e longo prazo, de acordo com o prazo estimado de exigibilidade financeira. Nestes termos, a gerência jurídica classifica os processos de acordo com o foro de tramitação e a fase processual em que se encontram. Logo, se a expectativa de deslinde da ação judicial for de 12 (doze) meses ou menos, assim considerados os processos que tramitam nos juizados especiais e todos os demais que já se encontram em fase de liquidação ou execução, o processo será classificado como de "curto prazo". Já se a expectativa de desenrolar da causa for maior que 12 (doze) meses, o processo será classificado como de "longo prazo".

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

22. Provisão para processos cíveis, fiscais, regulatórias e trabalhistas-- Continuação

Trabalhistas--Continuação

Em decisão tomada no dia 4 de agosto de 2015, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) mudou o entendimento e determinou que os créditos trabalhistas passem a ser corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) e não mais pela Taxa Referencial Diária (TRD). A decisão foi tomada com base no julgamento feito pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que reconheceu como inconstitucional o uso da Taxa Referencial Diária (TRD), como índice de correção monetária, por não recompor integralmente o valor da moeda, não sendo apto então a repor o patrimônio lesado.

Em 14 de outubro de 2015, o Supremo Tribunal Federal (STF), deferiu liminar que suspendeu os efeitos da decisão proferida pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), diante dessa decisão, a Companhia avaliou em R\$14.314 o possível impacto caso essa Liminar seja revogada.

23. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2015, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas decorrem de transações da Companhia com sua controladora, acionistas e suas partes relacionadas, profissionais-chaves da Administração (presidente e diretores) e outras partes relacionadas, conforme Deliberação CVM nº 560, de 11 de março de 2008, que aprovou o CPC 05 - Divulgações sobre Partes Relacionadas estão demonstradas a seguir:

Empresa	Natureza da operação	Vencimento	31/12/2015		31/12/2014	
			Passivo	Receita/ despesa	Passivo	Receita/ despesa
Equatorial Energia (Controladora)	Cessão de créditos (a)	31/08/2026	206.053	(31.192)	466.006	(49.859)
	Mútuo (b)	02/05/2016	102.464	(14.330)	102.089	(2.089)
	AFAC (c)		-	-	306.000	-
			308.517	-	874.095	-
Circulante			258.656	-	225.019	-
Não circulante			49.861	-	649.076	-

(a) Valores provenientes da aquisição direta ou indireta dos créditos constantes no Plano de Recuperação Judicial da CELPA. Em 16 de junho de 2015, a Equatorial integralizou o montante de R\$291.216 do crédito cedido pelo BNDES. Em 30 de junho de 2015, conforme dispositivos do pronunciamento técnico CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, a Companhia reconheceu o AVP de R\$6.144 utilizando como taxa de desconto, taxa que refletia o risco e prazos das captações disponíveis no mercado à Companhia (saldo em 31 de dezembro 2015, R\$5.902).

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

23. Partes relacionadas--Continuação

- (b) Refere-se a contrato de mútuo celebrado em 23 de abril de 2014, com o prazo total de 24 meses e vencimento final em 2 de maio de 2016, cuja finalidade foi a recomposição de caixa.
- (c) Aporte para Futuro Aumento de Capital refere-se a saldo de aportes realizados pelo Controlador derivado da obrigação assumida no Plano de Recuperação Judicial e no Plano de Transição da ANEEL, de aportar recursos novos no montante de R\$700.000 até dezembro de 2014. Obrigação plenamente cumprida em 4 de abril de 2014 e totalmente integralizado no 2º trimestre de 2015.

Remuneração de pessoal-chave da Administração

A remuneração anual global dos membros do Conselho de Administração e Diretoria foi fixada em até R\$12.500, conforme Assembleia Geral Ordinária, realizada em 16 de abril de 2015.

Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015:

Conselho de Administração

Remuneração fixa: 100%

Diretoria

Remuneração fixa: 100%

Remuneração variável: 0%

Remuneração do Conselho de Administração e Diretoria paga pela Companhia no exercício

31/12/2015	Conselho de Administração	Diretoria estatutária	Total
Números de membros	6	8	14
Remuneração fixa anual	352	2.794	3.146
Salário ou pró-labore	352	2.510	2.862
Benefícios diretos e indiretos	-	284	284
Benefícios pós-emprego	-	104	104
Valor total da remuneração por órgão	352	2.898	3.250

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

23. Partes relacionadas--Continuação

Garantias de partes relacionadas

A Companhia tem sua controladora, Equatorial Energia S.A., como sua avalista ou fiadora em 100% do montante do passivo para os contratos de financiamentos abaixo listados:

Instituição	Valor do financiamento	% do aval	Início	Término	Valor liberado	31/12/2015
Banco Interamericano de Desenvolvimento (RJ)	121.095	100	01/09/2012	31/08/2026	121.095	278.093
Banco IBM (capital de giro)	11.700	100	22/01/2014	24/07/2017	11.700	6.422
Banco IBM (capital de giro)	10.000	100	19/09/2014	19/03/2018	10.000	7.394
Banco Guanabara - (capital de giro CCB)	8.114	100	20/10/2014	22/10/2018	8.114	5.774
Banco IBM (capital de giro)	20.900	100	30/12/2014	30/06/2018	22.900	18.914
BNDES (financiamento 13/14)	498.073	100	26/12/2014	15/05/2024	407.150	389.906
BNDES (financiamento - torre 15/16/17)	863.191	100	27/12/2015	15/03/2024	200.000	200.255
Banco Itaú (capital de giro CCBI)- US\$69MM	200.000	100	25/02/2015	24/02/2017	200.000	273.282
Banco CitiBank (capital de giro CCBI) - US\$ 112MM	293.613	100	02/02/2015	02/02/2018	293.613	440.896
Banco Santander	40.000	100	02/03/2015	25/02/2016	40.000	55.021
Banco IBM (capital de giro)	22.900	100	03/07/2015	03/01/2019	22.900	21.484
Banco Santander	85.000	100	12/08/2015	08/08/2016	85.000	96.080
Austral Seguradora (Garantia Judicial 0021347- 94.2009.4.01.3400 - AI ANEEL nº 001/2007)	11.386	100	01/05/2014	01/05/2016	N/A	N/A
Austral Seguradora (Garantia Judicial 50941-85.2011.4.01.3400 - AI ANEEL nº 008/2008)	15.710	100	01/05/2014	01/05/2016	N/A	N/A
Austral Seguradora (Garantia Judicial 12901- 3432011.4.01.3400 - AI ANEEL nº 009/2008)	4.709	100	13/06/2015	13/12/2015	N/A	N/A
Austral Seguradora (Garantia de Leilão 006/2013 - 48500.002921/2013-25)	122	100	01/10/2014	01/04/2016	N/A	N/A
Austral Seguradora (Garantia de Leilão 10/2013 A-5)	361	100	02/10/2014	02/04/2016	N/A	N/A
Austral Seguradora (Garantia de Leilão 003/2014 A-3)	31	100	17/10/2014	17/10/2015	N/A	N/A
Austral Seguradora (seguro judicial - segurado Terra industrial)	1.825	100	13/12/2013	13/12/2015	N/A	N/A
Austral Seguradora (seguro judicial - segurado Município de Marabá)	486	100	01/01/2014	01/01/2016	N/A	N/A
Austral Seguradora (seguro judicial - segurado Banco Guanabara S/A)	9.128	100	10/03/2014	10/03/2017	N/A	N/A
Austral Seguradora (seguro judicial - segurado PETROS)	36.808	100	10/03/2014	10/03/2017	N/A	N/A
Austral Seguradora (seguro judicial - segurado PINE)	33.120	100	09/09/2014	09/09/2015	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Segurado STIUPA)	25.175	100	10/11/2014	09/11/2019	N/A	N/A
Austral Seguradora (garantia de compra de energia - Leilão 006/2014 - 20º LEE)	461	100	18/11/2014	18/11/2015	N/A	N/A
Austral Seguradora (seguro judicial - Processo nº 001.2012.908.134-3 - 3ª Vara de Execução Fiscal de Belém/PA)	4.418	100	13/01/2015	13/01/2020	N/A	N/A
Austral Seguradora (seguro judicial - Processo nº 001.2012.923.686-3 - 3ª Vara de Execução Fiscal de Belém/PA)	78	100	13/01/2015	13/10/2020	N/A	N/A
Austral Seguradora (seguro judicial - Processo nº 1575-70.2012.5.08.0003)	677	100	02/02/2015	29/01/2017	N/A	N/A
Austral Seguradora (seguro judicial - Processo nº 0000071-15.2015.5.08.0006 6ª Vara do Trabalho de Belém)	21.614	100	10/03/2015	10/03/2016	N/A	N/A
Austral Seguradora (garantia de compra de energia - Leilão nº 02/2015 (3º LFA)	283	100	15/04/2015	31/12/2015	N/A	N/A
Austral Seguradora (seguro judicial - Processo nº 0009689-93.2014.8.14.0040 Execução Fiscal de Parauapebas)	18	100	15/05/2015	15/05/2020	N/A	N/A
Austral Seguradora (seguro judicial - Processo nº 0000587-05.2015.08.0016 - 17ª Vara do Trabalho Belém/PA)	2.474	100	21/05/2015	21/05/2017	N/A	N/A
Austral Seguradora (seguro judicial - Processo nº 0001007-41.2014.08.0017 - 17ª Vara do Trabalho Belém/PA)	1.028	100	02/06/2015	02/06/2017	N/A	N/A
Total	2.344.498				1.422.472	1.793.521

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

24. Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética

	31/12/2015		31/12/2014	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Fundo Nacional Desenv. Científico Tecnológico - FNDCT	1.169	-	947	-
Ministério de Minas e Energia - MME	581	-	199	-
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	22.218	32.159	16.780	28.392
Programa de Eficiência Energética - PEE	28.486	66.236	37.091	58.477
Total	52.454	98.395	55.017	86.869

25. Valores a pagar da recuperação judicial

	31/12/2015		
	Circulante	Não circulante	Total
Credores operacionais (a)	75.531	138.683	214.214
Encargos setoriais (b)	26.894	34.548	61.442
Intragrupos (c)	-	69.413	69.413
Credores financeiros	-	1.199.397	1.199.397
(-) Ajuste a valor presente (d)	(10.979)	(446.442)	(457.421)
Total	91.446	995.599	1.087.045

	31/12/2014		
	Circulante	Não circulante	Total
Credores operacionais (a)	76.381	203.196	279.577
Encargos setoriais (b)	24.881	49.556	74.437
Intragrupos (c)	-	65.549	65.549
(-) Ajuste a valor presente (d)	(21.631)	(62.071)	(83.702)
Total	79.631	256.230	335.861

	31/12/2015		31/12/2014	
Vencimento	Valor	%	Valor	%
Circulante	91.446	8,4%	79.631	23,7%
2016	-	-	58.421	17,4%
2017	134.526	12,4%	108.330	32,3%
2018	-	-	23.930	7,1%
2019	3.680	0,3%	318	0,1%
2020	3.394	0,3%	65.231	19,4%
Após 2020	853.999	78,6%	-	-
Não circulante	995.599	91,6%	256.230	76,3%
Total geral	1.087.045	100%	335.861	100%

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

25. Valores a pagar da recuperação judicial--Continuação

	Saldo em 31/12/2014	Reclassificação RJ	Ingressos	Juros, encargos e variação cambial	Amortização	Ajuste a valor presente (d)	Saldo em 31/12/2015
Credores operacionais (a)	195.875	-	14.300	-	(79.664)	41.657	172.168
Encargos setoriais (b)	74.437	-	-	8.248	(27.910)	(972)	53.803
Intragrupo (c)	65.549	-	-	3.865	-	(28.359)	41.055
Credores financeiros	-	1.045.767	-	160.297	-	(386.045)	820.019
Total	335.861	1.045.767	14.300	172.410	(107.574)	(373.719)	1.087.045

	Saldo em 31/12/2013	Ingressos	Juros, encargos e variação cambial	Amortização	Ajuste a valor presente	Saldo em 31/12/2014
Credores operacionais (a)	266.465	8.101	-	(81.274)	2.583	195.875
Encargos setoriais (b)	89.513	-	8.583	(23.659)	-	74.437
Intragrupo (c)	61.896	-	3.653	-	-	65.549
Total	417.874	8.101	12.236	(104.933)	2.583	335.861

- (a) Valores devidos aos credores ligados à operação da Companhia, tais como prestadores de serviços, fornecedores de materiais, locatários, entre outros que foram homologados no âmbito do Plano de Recuperação Judicial da CELPA.
- (b) Refere-se aos encargos RGR, CCC, Taxa de fiscalização, CDE, PROINFA e MME parcelados no âmbito da recuperação judicial.
- (c) Refere-se aos créditos detidos por empresas integrantes do antigo grupo controlador que se encontram parcelados no âmbito da recuperação judicial.
- (d) Com a recuperação judicial, houve uma mudança nos termos de contratos de empréstimos e financiamentos contraídos antes da determinação da mesma. Durante esta fase, algumas instituições financeiras pleiteavam a exclusão da recuperação judicial por entender que seus créditos eram extraconcursais. O encerramento do processo de recuperação, ocorrido em 1º de dezembro de 2014, atestou o cumprimento do plano pela Companhia, sobretudo no que diz respeito aos aportes de recursos, pagamento aos credores conforme consignado e principalmente considerou imaterial o montante controverso de sujeição ou não de créditos ao plano de recuperação judicial. Tanto que, em Assembleia Geral de Credores, a maioria dos presentes, tanto em quantidade, quanto em valor, aprovaram a saída da Empresa do período de supervisão judicial e logo em seguida os agentes relacionados ao processo (administrador judicial, perito contador, Ministério Público e ANEEL), manifestaram formalmente nos autos opinando pelo encerramento da recuperação, culminando com a sentença de encerramento da recuperação judicial. Dessa forma, após análises feita pela Companhia, as quais foram concluídas no trimestre findo em 30 de junho de 2015, passou-se a considerar como remota a possibilidade de exclusão dos créditos dos critérios da recuperação judicial, sendo possível mantê-los, com probabilidade mais que possível até o seu vencimento definido em recuperação judicial. Sendo assim, em 2015, a companhia realizou o ajuste a valor presente, no valor de R\$395.292, sendo R\$404.983 de empréstimos e financiamentos, (R\$26.206) de credores operacionais, R\$15.300 de intragrupos e R\$1.215 de encargos setoriais. Entendeu-se que houve mudança nos termos da dívida e certeza mais que possível de sua manutenção até o vencimento, fato gerador para os registros a valor presente de acordo com o CPC -12. Em 31 de dezembro de 2015, o saldo do ajuste a valor presente totaliza R\$457.421, sendo R\$386.045 de empréstimos e financiamentos, R\$42.045 de credores operacionais, R\$28.359 de intragrupos, e R\$972 de encargos setoriais.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

26. Outras contas a pagar

	31/12/2015		31/12/2014	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Adiantamento de consumidores (a)	34.403	-	35.266	-
ANEEL - autos de infração (b)	12.531	29.058	7.762	35.668
Convênios de arrecadação	1.952	-	2.079	-
Questionamentos tributários - CCC (c)	-	246.915	-	158.237
Encargos tarifários	1.234	-	1.228	-
Entidades seguradoras	203	-	202	-
Multas regulatórias (d)	59.222	-	43.944	-
Taxa de iluminação pública	18.311	-	11.567	-
Outras contas a pagar (e)	46.059	23.455	61.009	3.097
Total	173.915	299.428	163.057	197.002

- (a) Refere-se a adiantamentos recebidos de consumidores com a finalidade de assegurar os investimentos necessários ao atendimento, pela Companhia, ao consumidor.
- (b) Refere-se a saldos de Parcelamentos de Multas Regulatórias inscritas em Dívida Ativa parceladas em agosto de 2012 e Multas Regulatórias não inscritas em Dívida Ativa na modalidade espontânea Lei nº 12.996/2014 em agosto de 2014. O valor das parcelas será acrescido de juros de 1% mais à variação da taxa SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia.
- (c) Refere-se a questionamentos tributários a restituir ao Fundo CCC conforme Resolução Normativa nº 427/11. A variação ocorrida durante o exercício findo 31 de dezembro em 2015 deve-se basicamente à atualização IPCA e à inclusão dos novos valores de ICMS, PIS e COFINS.
- (d) Refere-se a um passivo de penalidade por transgressão dos indicadores de continuidade, em discussão no âmbito administrativo do Processo nº 0048/2012-GTE e no plano de recuperação judicial.
- (e) Dos valores de outras contas a pagar, R\$46.059, temos como principal composição R\$8.018 referente à provisão de honorários do Administrador e do Contador da Recuperação Judicial e R\$38.041 referente ao provisionamento para pagamento de custos operacionais a diversos prestadores de serviços.

27. Patrimônio líquido

27.1. Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2015 é de R\$1.521.740 (R\$924.524 em 31 de dezembro de 2014), representado por 2.209.074.007 ações escriturais, sem valor nominal, sendo: 2.204.620.569 ações ordinárias e 4.453.438 ações preferenciais, divididas em 2.166.816 preferenciais Classe "A"; 1.085.373 preferenciais Classe "B"; e 1.201.249 preferenciais Classe "C", cuja composição por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Número de ações									
	Ordinárias	%	Preferenciais						Total	%
			A	%	B	%	C	%		
Equatorial Energia	2.131.276.838	96,67%	346.012	15,97%	2	0,00%	115.903	9,65%	2.131.738.755	96,50%
Eletrobrás	20.664.721	0,94%	121.339	5,60%	1.074.634	99,01%	-	0,00%	21.860.694	0,99%
Outros (minoritários)	52.679.010	2,39%	1.699.465	78,43%	10.737	0,99%	1.085.346	90,35%	55.474.558	2,51%
Total	2.204.620.569	100,00%	2.166.816	100,00%	1.085.373	100,00%	1.201.249	100,00%	2.209.074.007	100,00%

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

27. Patrimônio líquido--Continuação

27.1. Capital social--Continuação

Conforme Reunião do Conselho de Administração da Companhia de 16 de junho de 2015, foi aprovado aumento no capital social da Companhia de R\$597.216 mediante: (i) capitalização de créditos referentes aos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFACs), que somam R\$306.000; e (ii) aos créditos detidos pela Equatorial Energia S.A. em face da Companhia, no valor total atualizado de R\$291.216, oriundos de Cessão Particular de Crédito entre BNDES Participações S.A. - BNDESPAR e Equatorial Energia S.A.

27.2. Reserva de reavaliação

	31/12/2015	31/12/2014
Reserva de reavaliação	171.456	211.401

Movimentação da reserva de reavaliação

	31/12/2014	Quota de reavaliação	Adição	Baixa	31/12/2015
Reserva de reavaliação	320.304	(32.680)	-	(27.842)	259.782
Encargo tributário	(108.903)	-	20.577	-	(88.326)
Total	211.401	(32.680)	20.577	(27.842)	171.456

27.3. Reservas de lucros

Reserva legal

É constituída à base de 5% do lucro líquido antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio, conforme determina a legislação societária, definido pelo Conselho de Administração, e limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro 2015, o saldo de reserva legal foi de R\$6.394.

Reserva de incentivos fiscais

Em 19 de dezembro de 2013, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, que pertence ao Ministério de Integração Nacional, emitiu o Laudo Constitutivo nº 140/2013, que outorga à CELPA o benefício de redução do imposto de renda de 75% sob a justificativa de diversificação de empreendimento de infraestrutura, com prazo de vigência de 2013 até o ano de 2022.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

27. Patrimônio líquido--Continuação

27.3. Reservas de lucros--Continuação

Reserva de incentivos fiscais--Continuação

A CVM através da Deliberação nº 555 aprovou o pronunciamento técnico CPC 07, que trata de subvenções e assistências governamentais, determinando o reconhecimento contábil das subvenções concedidas em forma de redução ou isenção tributária como receita. O efeito do benefício referente ao incentivo fiscal da SUDAM no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 está zerado, calculado com base no Lucro da Exploração, aplicando o incentivo de redução de 75% no imposto de renda apurado pelo lucro real. Conforme descrito na Nota 21. O saldo dessa reserva foi totalmente utilizado para aumento do capital.

Reserva de investimento

Essa reserva destina-se a registrar o saldo do lucro líquido do exercício após as deduções previstas em lei, o dividendo prioritário das ações preferenciais e o dividendo mínimo obrigatório previsto. Seu valor total não excederá 100% do capital social da Companhia. Em 31 de dezembro de 2015, o saldo dessa reserva é de R\$87.142.

Dividendos

Conforme o Estatuto Social da Companhia, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral.

Os dividendos foram calculados como segue:

	31/12/2015	31/12/2014
Lucro líquido do exercício	520.226	345.217
Prejuízo acumulado	(392.340)	(737.557)
Lucro (prejuízo) após absorção do prejuízo acumulado	127.886	(392.340)
(-) Reserva legal	(6.394)	-
(-) Reserva fiscal - Incentivo SUDAM	(52.028)	-
Lucro líquido ajustado	69.464	-
Dividendos mínimos obrigatórios	17.366	-
Dividendos complementares	4.900	-
Dividendos propostos	22.266	-
Realização da reserva de reavaliação	39.945	-
Reserva de investimento	87.143	-

O Conselho de Administração aprovou a declaração de dividendos propostos da seguinte forma:

Valor por ação (lote de unidades de reais)

Deliberação	Proventos	Valor	ON	PNA	PNB	PNC
31/12/2015						
Reunião do Conselho de Administração de 10 de março de 2016	Dividendos	22.266	0,01	0,05	0,07	0,03

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

28. Receita operacional

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a composição do fornecimento de energia elétrica pelas classes de consumidores é a seguinte:

	31/12/2015			31/12/2014		
	Nº de consumidores (*)	MWh (*)	R\$	Nº de consumidores (*)	MWh (*)	R\$
Residencial	1.987.682	3.556.127	2.333.310	1.880.167	3.317.345	1.706.018
Industrial	3.998	1.321.157	659.742	4.022	1.344.526	521.038
Comercial	168.116	1.799.939	1.251.298	161.044	1.730.683	955.269
Rural	129.882	214.733	107.731	117.331	203.499	80.175
Poder público	18.546	505.613	332.144	18.157	488.124	258.338
Iluminação pública	488	456.201	190.118	441	386.563	128.427
Serviço público	1.999	251.193	106.558	1.865	250.602	81.362
Consumo próprio	292	33.469	-	278	33.593	-
Receita pela disponibilidade - uso da rede	-	-	24.231	-	-	24.524
Fornec. não faturado reposição tarifaria	-	-	71.164	-	-	60.416
Baixa renda	-	-	145.567	-	-	130.771
Transf. p/ obrigações especiais - ultrapassagem demanda/excedente de reativos	-	-	(36.150)	-	-	-
Suprimento CCEE	-	-	27.986	-	-	39.622
Receita de construção	-	-	663.384	-	-	858.556
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	-	-	235.348	-	-	397.471
PIS e COFINS sobre a parcela A	-	-	(36.766)	-	-	36.766
Outras	-	-	47.480	-	-	(35.204)
Total	2.311.003	8.138.432	6.123.145	2.183.305	7.754.935	5.243.549

(*) Informação não revisada pelos auditores independentes.

A partir do 2º semestre de 2014 com o advento do OCPC 08 - Reconhecimento de Determinados Ativos ou Passivos nos relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica, a Companhia passou a registrar esses direitos e obrigações de acordo com o período de competência e de maneira prospectiva, conforme descrito na Nota 9.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

28. Receita operacional--Continuação

Receita operacional líquida

A conciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

	31/12/2015	31/12/2014
Receita bruta operacional		
Fornecimento de energia elétrica	5.360.064	4.356.051
Receita operacional	5.024.596	3.850.866
Remuneração financeira WACC (a)	136.886	70.948
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros (b)	235.348	397.471
PIS e CONFINS sobre parcela A	(36.766)	36.766
Receita pela disponibilidade - uso da rede	24.231	24.524
Suprimento de energia elétrica (c)	27.986	39.622
Receita de construção (d)	663.384	858.556
Outras receitas	47.480	(35.204)
Total da receita bruta operacional	6.123.145	5.243.549
ICMS sobre a venda de energia elétrica	(1.177.284)	(825.590)
PIS e COFINS	(471.962)	(395.963)
ISS	(1.527)	(2.216)
Pesquisa e Desenvolvimento P&D	(5.594)	(5.039)
Programa de Eficiência Energética - EPE	(2.797)	(2.520)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (e)	(257.088)	(7.406)
Estudo de Eficiência Energética - PEE	(13.986)	(12.598)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(5.594)	(5.039)
Deduções à receita operacional	(1.935.832)	(1.256.371)
Receita operacional líquida	4.187.313	3.987.178

- (a) O aumento da remuneração financeira WACC é referente ao processo de revisão tarifária, realizado em agosto/2015. Conforme Notas Técnicas nºs 240/2012 e 198/2015-SGT/ANEEL, a base de remuneração líquida sofreu um aumento de 104% no período.
- (b) Por meio do Despacho nº 4.621, de 25 de novembro de 2014, a ANEEL aprovou modelo de aditivo aos Contratos de Concessão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, cujo objetivo é garantir que os saldos remanescentes de ativos ou passivos regulatórios relativos a valores financeiros a serem apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pela ANEEL, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária comporão o valor da indenização a ser recebida pelo concessionário em eventual término da concessão, por qualquer motivo. Como consequência, foi emitido pelo CPC a orientação técnica - OCPC 08 que teve por objetivo tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidência destes ativos ou passivos financeiros que passam a ter a característica de direito (ou obrigação) incondicional de receber (ou entregar) caixa ou outro instrumento financeiro a uma contraparte claramente identificada.
- (c) O valor corresponde à receita na operação de curto prazo no mercado *spot*, onde em agosto de 2015, ocorreu a devolução do pagamento da liminar de Jirau, cujos valores foram registrados na liquidação de julho de 2015, onde a contrapartida esta na linha de energia elétrica de curto prazo.
- (d) A ICPC 01 estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os pronunciamentos técnicos CPC 17 - Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 - Receitas (serviços de operação - fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade-fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade-fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionada. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.
- (e) A conta CDE teve aumento significativo no ano de 2015, devido às amortizações das parcelas de do empréstimo da conta ACR e quota do Tesouro, que foram concedidos para minimizar as despesas das distribuidoras no mercado de curto prazo no ano de 2014. Do total pago, R\$77.419 refere-se a empréstimo ACR e R\$179.669 de quota CDE e quota Tesouro.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

29. Custos do serviço e despesas operacionais

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

31/12/2015				
Custos/despesas operacionais	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	Total
Pessoal	(83.272)	(24.734)	(50.691)	(158.697)
Material	(10.071)	(1.777)	(1.366)	(13.214)
Serviço de terceiros	(171.277)	(126.039)	(58.722)	(356.038)
Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica	(5.186)	-	-	(5.186)
Energia elétrica comprada para revenda	(2.079.946)	-	-	(2.079.946)
Encargo uso do sistema de transmissão e distribuição	(122.750)	-	-	(122.750)
Custo de construção	(663.384)	-	-	(663.384)
Provisão (reversão) para crédito de liquidação duvidosa e perda com créditos incobráveis	-	(118.172)	-	(118.172)
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	-	-	2.786	2.786
Provisão para plano de aposentadoria	-	-	(5.407)	(5.407)
Depreciação amortização	(171.580)	-	-	(171.580)
Arrendamentos e aluguéis	(23.601)	(588)	(4.211)	(28.400)
Subvenção - CCC	20.179	-	-	20.179
Recuperação de despesas	-	31.285	-	31.285
Outros	(9.942)	(26.594)	(22.780)	(59.316)
Total	(3.320.830)	(266.619)	(140.391)	(3.727.840)

31/12/2014				
Custos/despesas operacionais	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	Total
Pessoal	(86.776)	(25.077)	(45.937)	(157.790)
Material	(11.991)	(1.680)	(1.163)	(14.834)
Serviço de terceiros	(159.882)	(121.533)	(68.244)	(349.659)
Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica	(4.878)	-	-	(4.878)
Energia elétrica comprada para revenda	(2.625.849)	-	-	(2.625.849)
Encargo uso do sistema de transmissão e distribuição	(33.231)	-	-	(33.231)
Custo de construção	(858.556)	-	-	(858.556)
Provisão (reversão) para crédito de liquidação duvidosa e perda com créditos incobráveis	-	(72.692)	-	(72.692)
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	-	-	5.740	5.740
Provisão para plano de aposentadoria	-	-	(973)	(973)
Depreciação e amortização	(163.343)	-	-	(163.343)
Arrendamentos e aluguéis	(12.930)	(380)	(3.423)	(16.733)
Subvenção - CCC	29.000	-	-	29.000
Recuperação de despesas	-	20.783	-	20.783
Recuperação de despesas CDE/ACR	777.698	-	-	777.698
Outros	1.010	(17.485)	(22.293)	(38.768)
Total	(3.149.728)	(218.064)	(136.293)	(3.504.085)

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

29. Custos do serviço e despesas operacionais--Continuação

Outras despesas/receitas operacionais	31/12/2015	31/12/2014
Perda/ganho na alienação de bens e direito	(32.087)	(128)
Perdas/ganho na desativação de bens e direito	(140.036)	(77.397)
Outras despesas e receitas operacionais	6.141	(1.439)
Total	(165.982)	(78.964)

30. Energia elétrica comprada para revenda

	MWh (*)		R\$	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Contratos cotas de garantias	3.402.564	2.858.621	(106.539)	(87.118)
Contratos Eletronuclear	287.898	286.738	(63.218)	(56.640)
Encargo de energia de reserva	-	-	(12.675)	(1.818)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	-	-	(122.750)	(33.231)
Energia bilateral	225.603	216.933	(46.272)	(43.555)
Energia de curto prazo - CCEE (a)	965.485	1.173.340	(652.873)	(1.192.125)
Energia de leilão	6.376.330	6.478.896	(1.376.414)	(1.352.461)
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	186.422	169.983	(44.590)	(43.091)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo (b)	-	-	222.635	150.959
(-) Recuperação custo de energia (c)	-	-	-	777.698
Total	11.444.302	11.184.511	(2.202.696)	(1.881.382)

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

No exercício de 2015, as despesas de compra de energia no curto prazo tiveram aumento decorrente aos seguintes fatores:

- (a) No exercício de 2015, as despesas de compra de energia no curto prazo tiveram influências dos seguintes fatores: (i) redução no custo médio é explicada pelo menor custo do PLD, preço utilizado para liquidação de energia comprada no mercado *spot*, cujo o valor médio no ano de 2015 ficou em R\$223 por MWh (em 2014 ficou em R\$603,39 por MWh); (ii) A exposição involuntária da empresa pelo atraso de entrada em operações das Usinas que compõem o 12º leilão de energia nova e 2º leilão de fonte alternativa e cancelamentos de contratos relacionados ao Grupo Bertin, referentes ao 6º e 7º leilão de energia nova.
- (b) O valor refere-se a crédito de PIS e COFINS não cumulativo, na forma das Leis nºs 10.637, de 2002, e 10.833, de 2003, originário de aquisição de energia elétrica para revenda.
- (c) O valor correspondente a R\$777.698, lançados no exercício de 2015, refere-se aos componentes recebidos pelas distribuidoras da CONTA ACR para minimizar as despesas dos seguintes itens do mercado de curto prazo:
- (i) Componente da exposição involuntária ao PLD pela Distribuidora no ano de 2015;
 - (ii) Parcela referente à receita variável do despacho de térmica no sistema interligação para suprir a demanda do país;
 - (iii) Parcela correspondente ao risco hidrológico, oriundo da falta de reservatório para hidráulicas gerarem toda sua capacidade de energia.

Vale ressaltar que os valores são homologados pela ANEEL através de despacho correspondente a liquidação de energia no mercado *spot*. Para o ano de 2016 esses valores serão supridos pelas bandeiras tarifárias.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

31. Resultado financeiro

	31/12/2015	31/12/2014
Receitas financeiras:		
Acréscimo moratório de venda de energia (a)	142.292	96.300
Ajuste de valor presente RJ	379.621	-
Atualização e ajuste do VNR do ativo financeiro da concessão (b)	92.026	25.032
Atualização CDE (c)	740	-
Atualização sub-rogação CCC (d)	46.844	-
Descontos da Lei nº 12.996/2014	-	42.253
Descontos obtidos	6.460	5.605
Juros ativos	6.556	7.651
Juros ativos CVA (e)	49.991	-
PIS/COFINS sobre receita financeira	(5.800)	-
Operação de derivativos (f)	185.881	133.296
Outras receitas	1.036	54.940
Rendas financeiras	57.061	34.888
Variações monetárias e cambiais (g)	-	79.841
Total das receitas financeiras	962.708	479.806
Despesas financeiras:		
Ajuste de valor presente RJ	-	(2.584)
Ajuste a valor presente parcelamentos	(10.704)	(7.774)
Atualização de contingências	(18.116)	(30.378)
Encargos com parte relacionada	(51.496)	(7.763)
Encargos de dívidas	(91.669)	(171.304)
Juros, multas e atualizações s/ operações com energia	(3.793)	-
Juros passivos	(21.622)	(31.905)
Juros passivos CVA (e)	(22.755)	-
Multa moratória e compensatória	-	(4.390)
Multas por violação de metas/transg. de faixa	(228)	(50.566)
Multas regulatórias	-	(3.902)
Operação de derivativos (f)	-	(106.332)
Outras despesas	(54.893)	(81.753)
Variações monetárias e cambiais (g)	(370.160)	(184.948)
Total das despesas financeiras	(645.436)	(683.599)
Resultado financeiro	317.272	(203.793)

(a) A variação apresentada decorre substancialmente do crescimento das contas a receber de parcelamento, que comparado com o mesmo período do ano anterior apresenta um crescimento de 64%, bem como o aumento dos pagamentos efetuados com atraso com a apresentação do reaviso de cobrança.

(b) Refere-se a ajuste dos ativos financeiros referente ao VNR em razão da homologação da revisão tarifária da CELPA, conforme despacho nº 2.441, de 29 de julho de 2015 (vide Nota 12).

(c) Refere-se à atualização pelo IPCA das parcelas recebidas com atraso da Conta de Desenvolvimento Energético devido - CDE.

(d) Refere-se à atualização pelo IGP-M dos recursos aprovados de sub-rogação CCC conforme previsto na Resolução Normativa nº 427, de 22 de fevereiro de 2011, calculados a partir de julho de 2011, data da primeira habilitação das parcelas recebidas com atraso cujo montante atualizado é de R\$46.844.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

31. Resultado financeiro--Continuação

- (e) A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a conta de compensação de variação de valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica, de forma a permitir maior neutralidade no repasse destas variações para as tarifas. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.
- (f) Refere-se principalmente à contratação de novas operações de *swap* em 2015, acrescendo o valor nocional em R\$163.000 e a variação cambial sobre essas operações de *swap* (Itaú, Citibank e Santander). No 4º trimestre de 2014 o dólar acumulou uma alta de 13% contra uma alta de 47% no 4º trimestre de 2015.
- (g) O principal efeito das contas de Variação Cambial, no montante de 265.053 entre despesas e receitas, é derivado da alta do dólar de 47% no ano de 2015, saindo de R\$2,66 em 31 de dezembro de 2014 para R\$3,90 em 31 de dezembro de 2015, contra uma alta de 13% no ano de 2014.

32. Resultado por ação

Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33 (Earnings per Share), a tabela a seguir concilia o lucro do exercício com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

31/12/2015					
	Ações ordinárias	Ações preferenciais nominativas A	Ações preferenciais nominativas B	Ações preferenciais nominativas C	Total
Numerador					
Lucro líquido do exercício	519.177	510	256	283	520.226
Denominador					
Média ponderada por classe de ações	2.204.621	2.167	1.085	1.201	2.209.074
Lucro diluído por ação	0,23550	0,23535	0,23594	0,23564	0,23550

31/12/2014					
	Ações ordinárias	Ações preferenciais nominativas A	Ações preferenciais nominativas B	Ações preferenciais nominativas C	Total
Numerador					
Lucro líquido do exercício	344.411	392	196	217	345.217
Denominador					
Média ponderada por classe de ações	1.902.996	2.167	1.085	1.201	1.907.449
Lucro diluído por ação	0,18098	0,18098	0,18098	0,18098	0,18098

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

33. Entidade de previdência privada

A Companhia é patrocinadora em conjunto com seus empregados em atividade, ex-empregados e respectivos beneficiários, de planos de benefícios de aposentadoria e pensão com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social, cuja administração é feita por meio da FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

A Companhia possui passivo atuarial não coberto que tem origem em acordo firmado entre a Companhia e os ex-empregados e pensionistas. Nos termos do acordo, deliberado pela Resolução nº 10, de 4 de agosto de 1989, pela Administração da Companhia e passando a vigorar a partir de 11 de junho de 1996, que conferiu direitos e benefícios previdenciários ao grupo de pessoas acima referido. A Companhia mantém provisionado integralmente o valor apurado deste passivo atuarial na rubrica "Plano de aposentadoria e pensão".

Através da Portaria nº 247, de 7 de maio de 2015, e Portaria nº 254, de 11 de maio de 2015, publicadas no Diário Oficial da União em 08 e 12 de maio de 2015, respectivamente, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC aprovou:

- A cisão do Plano de Benefícios R, CNPB nº 2006.0066-65, referente à patrocinadora CELPA - Centrais Elétricas do Pará S.A. e a implantação do Plano de Benefícios CELPA R, a ser administrado pela FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar;
- Inscrição no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios - CNPB, o Plano de Benefícios CELPA R, sob o nº 2015.0007-47;
- A aplicação do Regulamento do Plano de Benefícios CELPA R, a ser administrado pela FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar;
- O Convênio de Adesão celebrado entre a FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar e a CELPA - Centrais Elétricas do Pará S.A., na condição de patrocinadora do Plano de Benefícios CELPA R;
- O "Termo de Cisão do Plano de Benefícios "R", cumulada com transferência de gerenciamento do Plano cindido ("Plano CELPA R"), entre entidades fechadas de previdência complementar", firmado entre a Redeprev - Fundação Rede de Previdência, a CELPA - Centrais Elétricas do Pará S.A. e a FASCEMAR Fundação de Previdência Complementar.
- A cisão do Plano de Benefícios CELPA OP, CNPB nº 2000.0004-11, referente à patrocinadora CELPA - Centrais Elétricas do Pará S.A. e a transferência de gerenciamento do Plano de Benefícios CELPA OP para a FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar.
- As alterações propostas no Regulamento do Plano de Benefícios CELPA OP, CNPB nº 2000.0004-11, a ser administrado pela FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

33. Entidade de previdência privada--Continuação

- O Convênio de Adesão celebrado entre a FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar e a CELPA - Centrais Elétricas do Pará S.A., na condição de patrocinadora do Plano de Benefícios CELPA OP.
- O "Termo de Cisão e transferência de gerenciamento do Plano de Benefícios CELPA OP entre Entidades Fechadas de Previdência Complementar", firmado entre a Redeprev - Fundação Rede de Previdência, a CELPA - Centrais Elétricas do Pará S.A. e a FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar.

Coube à FASCEMAR e a REDEPREV providências conjuntas, que garantissem que a efetiva transferência ocorresse no prazo de 120 dias contados a partir da data de publicação das Portarias de aprovação no Diário Oficial da União acima mencionado.

Em 3 de julho de 2015, a FASCEMAR encaminhou à REDEPREV Carta de Aptidão prevista nos Termos de Cisão e Transferências de Gerenciamento dando continuidade ao processo de transferência de gerenciamento dos Planos de Benefícios CELPA OP e CELPA R para a FASCEMAR. Desta forma, desde o dia 3 de agosto de 2015 as operações e as obrigações dos Planos de Benefícios CELPA OP e CELPA R estão sob a responsabilidade da FASCEMAR.

Déficit Técnico do Plano CELPA R

O Plano CELPA R, ainda na gestão REDEPREV, apresentou por 3 (anos) consecutivos um déficit técnico, em cumprimento à legislação vigente, foi elaborado pelo Escritório Técnico de Assessoria Atuarial Ltda. um "Plano de Equacionamento de Déficit Técnico", o qual foi aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

Encontra-se em fase de assinaturas o "Termo de Equacionamento de Déficit", a ser firmado entre CELPA e FASCEMAR, em cumprimento ao Plano de Equacionamento de Déficit Técnico, aprovado pela PREVIC e, contemplando as condições acima elencadas.

Os planos de benefícios previdenciários patrocinados pela Companhia estão descritos a seguir:

Plano de benefícios CELPA BD-I

Instituído em 30 de julho de 1982, encontra-se em extinção desde 1º de janeiro de 1998, data em que foi bloqueada a adesão de novos participantes. São assegurados os seguintes benefícios suplementares:

- Aposentadoria por tempo de serviço/velhice;
- Aposentadoria por invalidez;

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

33. Entidade de previdência privada--Continuação

Plano de benefícios CELPA BD-I--Continuação

- Auxílio-doença;
- Pensão por morte; e
- Pecúlio por morte.

O plano está estruturado na forma de Benefício Definido e é custeado pelos Participantes, pelos Assistidos e pela Patrocinadora.

Plano de Benefícios CELPA BD-II

Instituído em 1º de janeiro de 1998, encontra-se em extinção desde 1º de abril de 2000, quando foi bloqueada a adesão de novos participantes. Assegura os seguintes benefícios suplementares:

- Aposentadoria por tempo de serviço/velhice;
- Aposentadoria por invalidez;
- Auxílio-doença;
- Pensão por morte; e
- Pecúlio por morte.

O plano está estruturado na forma de Benefício Definido e é custeado pelos Participantes, pelos Assistidos e pela Patrocinadora.

Plano de Benefícios CELPA OP

Instituído em 1º de abril de 2000 e assegura o benefício de Renda Mensal Financeira ou Renda Mensal Vitalícia, após o prazo de diferimento.

O Plano CELPA OP é contributivo, na modalidade CV (Contribuição Variável), em que o benefício futuro depende do valor das contribuições realizadas pelo participante.

O Plano opera de forma indissociável do Plano de Benefícios CELPA "R", em que estão os chamados benefícios de risco (doença; invalidez e pensão por morte).

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

33. Entidade de previdência privada--Continuação

Plano de Benefícios CELPA OP--Continuação

O custeio do plano é de responsabilidade dos participantes e das patrocinadoras. As contribuições realizadas são alocadas em fundos, visando ao pagamento dos benefícios no futuro.

A contribuição mensal é definida pelo participante. É possível também fazer contribuições esporádicas a qualquer momento, como forma de melhorar a renda futura.

O participante pode optar pelo benefício de Renda Mensal Financeira ou Renda Mensal Vitalícia.

Os benefícios oferecidos pelo Plano OP são:

- Renda mensal vitalícia, com reversão aos beneficiários
- Renda mensal financeira, com reversão aos beneficiários
- Pecúlio por invalidez ou morte

Plano de Benefícios CELPA R

Obteve autorização e aprovação para a aplicação do seu Regulamento através da Portaria nº 880, de 12 de janeiro de 2007, emitida pelo Departamento de Análise Técnica da Secretaria de Previdência Complementar do MPS. O referido plano é resultante da fusão dos extintos Planos de Benefícios CELPA-R, CEMAT-R e ELÉTRICAS-R, cujos Regulamentos foram condensados em um único Regulamento, sem solução de continuidade. Assegura benefícios de risco estruturados na modalidade de Benefício Definido a seguir:

- Auxílio-doença
- Aposentadoria por invalidez
- Pensão por morte
- Pecúlio por morte
- Abono anual

Os benefícios são custeados exclusivamente pela CELPA.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

33. Entidade de previdência privada--Continuação

Plano de assistência médica

Dentre os vários benefícios aos empregados, a Companhia é instituidora de planos de saúde e odontológicos, os quais são descritos a seguir:

Central Nacional Unimed - CNU

Instituído em 1º de maio de 2006, através do Contrato nº 402, tem por objeto a cobertura de serviços de assistência médica ambulatorial e hospitalar com obstetrícia, com Abrangência Nacional, cobertura de todos os Procedimentos constantes no Rol de Procedimentos da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, na modalidade de pré-pagamento com co-participação apenas a partir sexta consulta por ano e beneficiário, com contribuição do empregado no custeio do Plano. É oferecido para os colaboradores da CELPA, bem como a seus dependentes, exceto para diretores e gerentes. Além deles, é possível a inclusão tão somente de dependentes legais, quais sejam Cônjuge/Companheiro (a), Filho(a), Enteado(a), Menor Sob Guarda e Menor Tutelado(a) solteiro(a) com até 24 anos de idade ou, se inválido(a) sem limite de idade. As mensalidades são estabelecidas por tipo de Acomodação contratada, que são Enfermaria, Apartamento e Diferenciado. A contribuição é definida através de custo médio e não é feita a distinção de valores nas contribuições (mensalidades) dos segurados ativos e dos segurados ex-empregados. Esta contribuição é redefinida para cada período anual de cobertura, sendo reajustada em função da alteração nos valores dos procedimentos cobertos, em função da sinistralidade da apólice ou ainda da alteração na composição do grupo segurado (fatores que influenciam no custo da Operadora). O valor das mensalidades vigentes pagas pelos participantes e pela CELPA é definido de acordo com a faixa salarial.

Unimed Seguro Saúde

A CELPA oferece a seus empregados e ex-empregados (aposentados e demitidos) um seguro saúde administrado pela operadora Unimed Seguro Saúde S/A, na modalidade Ambulatorial e Hospitalar com Obstetrícia, com abrangência nacional. É oferecido para os diretores e gerentes da CELPA, bem como a seus dependentes. Os prêmios são estabelecidos de forma uniforme para todos os beneficiários de um mesmo seguro e existe a possibilidade de empregados demitidos e aposentados continuarem no seguro saúde, desde que assumam o prêmio do seguro integralmente. O valor das mensalidades vigentes pagas pelos participantes e pela CELPA é definido de acordo com o plano (Líder ou Sênior).

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

33. Entidade de previdência privada--Continuação

Plano de assistência médica--Continuação

Plano odontológico Uniodonto

A CELPA oferece um plano odontológico administrado pela operadora Uniodonto Belém a seus empregados e ex-empregados (aposentados e demitidos), bem como para seus dependentes.

Diferente do que ocorre nos planos médicos, as despesas odontológicas não aumentam em função do envelhecimento dos participantes.

Apesar de haver a possibilidade de ex-empregados permanecerem no plano odontológico, esta permanência não eleva a mensalidade paga pela CELPA para seus empregados (ativos). Sendo assim, não há compromisso de pós-emprego (subsídio cruzado).

33.1. Premissas adotadas

As hipóteses (premissas) utilizadas na Avaliação Atuarial segundo o pronunciamento técnico CPC 33 (R1), publicado em dezembro/2012, em correlação às Normas Internacionais de Contabilidade - IAS 19 (IASB - BV 2012), são apresentadas a seguir. Como exigido pelas regras do pronunciamento, foi adotado o método da Unidade de Crédito Projetada para calcular todas as obrigações atuariais.

Econômicas e financeiras	31/12/2015	31/12/2014
Taxa de desconto atuarial - taxa real		
Plano CELPA BD-I (1)	7,32% ao ano	6,14% ao ano
Plano CELPA BD-II (1)	7,32% ao ano	6,13% ao ano
Plano CELPA OP (2)	7,37% ao ano	-
Plano CELPA R(2)	7,37% ao ano	6,15% ao ano
Resolução CELPA 10/1989 (3)	7,37% ao ano	6,15% ao ano
Planos de Saúde (4)	7,37% ao ano	-
Taxa de retorno esperado dos ativos - taxa real (5)	Idêntica à taxa de desconto atuarial	-
Taxa de crescimento salarial futuro - taxa real (6)	Conforme política salarial de cada plano	1,00%
Taxa de crescimento dos benefícios - taxa real	0,00% ao ano	0,00% ao ano
Taxa de crescimento dos custos c/saúde (HCCTR) - taxa real (7)	3,51% ao ano	3,35% ao ano
Expectativa de Inflação (8)	6,87% ao ano	4,50% ao ano
Fator de capacidade dos Salários	100,00%	100,00%
Fator de capacidade dos Benefícios do Plano	98,00%	98,00%
Fator de capacidade dos Benefícios do INSS	100,00%	100,00%
Análise de Permanência no Plano de Saúde	100%	100%

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

33. Entidade de previdência privada--Continuação

33.1. Premissas adotadas--Continuação

Demográficas	31/12/2015	31/12/2014
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 suavizada em 10% (segregada por sexo)	AT-2000 M
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-83 masculina	IBGE 2011, ambos os sexos
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas	Nula
Rotatividade	Nula	Nula
	Benefícios a conceder:	-
	Família Média	-
	Benefícios Concedidos:	-
	Família Real Informada	-
	Plano de Saúde: Família	-
	Real Informada	-
Composição familiar	Resolução nº 10/1989:	-
	diferença de idade entre	-
	titular e cônjuge de 6 anos	-
	Sendo Família Média:	-
	Percentual de casados: 75%	-
	Dif. de idade entre titular e	-
	cônjuge: 6 anos	-

- (1) Compatível com os títulos públicos federais (NTN-B) com *duration* aproximada com os fluxos futuros esperados das obrigações com os participantes, calculada em 16 anos para o plano CELPA BD-I e para o CELPA BD-II. NTN-B em 31/12/2015 com vencimento em 15/08/2024.
- (2) Compatível com os títulos públicos federais (NTN-B) com *duration* aproximada com os fluxos futuros esperados das obrigações com os participantes, calculada em 25 anos e 22 anos para os planos CELPA R e CELPA OP, respectivamente. NTN-B em 31/12/2015 com vencimento em 15/05/2035.
- (3) Compatível com os títulos públicos federais (NTN-B) com *duration* aproximada com os fluxos futuros esperados das obrigações com os participantes, calculada em 19 anos para o passivo decorrente da Resolução CELPA nº 10/1989. NTN-B em 31/12/2015 com vencimento em 15/05/2035.
- (4) Compatível com os títulos públicos federais (NTN-B) com *duration* aproximada com os fluxos futuros esperados das obrigações com os participantes, calculada em 27 anos para os planos de saúde. NTN-B em 31/12/2015 com vencimento em 15/05/2035.
- (5) Expectativa de retorno dos investimentos: expectativa de inflação acrescida de taxa de desconto atuarial, conforme as novas regras reconhecidas pelo pronunciamento técnico CPC 33 (R1).
- (6) Taxa de Crescimento Salarial Futuro equivalente a 2,00% ao ano para os planos CELPA BD-II e CELPA R, para os Planos de Saúde e para a Resolução CELPA nº 10/1989.
- (7) Taxa de Crescimento dos Custos com Saúde (HCCTR): inflação médica será de 3,51% a.a. (real).
- (8) Expectativa de inflação: 6,87% ao ano, de acordo com a Expectativa de Mercado (índice IPCA) divulgada pelo Relatório FOCUS do Banco Central de 31/12/2015.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

33. Entidade de previdência privada--Continuação

33.2. Informação dos participantes

	Planos de benefícios			
	CELPA BD-I	CELPA BD-II	CELPA - R	CELPA OP
A - Participantes				
1. Número de participantes	-	15	1.547	1.612
2. Idade média (anos)	-	53	41	41
3. Tempo médio de empresa (anos)	-	11	19	19
4. Prazo médio para aposentar (anos)	-	-	-	-
5. Salário médio de participação (R\$)	-	2.379	3.412	3.340
6. Folha mensal de participação (R\$)	-	35.685	5.278.736	5.383.469
7. Folha anual de participação (R\$)	-	463.909	68.623.574	69.985.097
B - Assistidos				
1. Número de assistidos	244	164	33	77
2. Idade média (anos)	72	74	57	61
3. Benefício médio mensal (R\$)	3.135	1.901	1.719	2.553
4. Total mensal dos benefícios (R\$)	764.909	311.799	56.725	196.555
5. Total anual dos benefícios (R\$)	9.943.812	4.053.382	737.425	2.555.215
C - Beneficiários Pensionistas				
1. Número de famílias	53	145	30	4
2. Idade média do grupo (anos)	65	67	45	45
3. Benefício médio familiar (R\$)	1.359	871	1.717	3.882
4. Total mensal dos benefícios (R\$)	69.299	113.233	32.627	11.647
5. Total anual dos benefícios (R\$)	900.882	1.472.034	424.146	151.410
Participantes da Resolução nº 10/1989				
A - Assistidos				
1. Número de assistidos	81			
2. Idade média (anos)	78			
3. Benefício médio mensal (R\$)	1.568			
4. Total mensal dos benefícios (R\$)	126.969			
5. Total anual dos benefícios (R\$)	1.650.597			
B - Beneficiários pensionistas				
1. Número de famílias	61			
2. Idade média do grupo (anos)	71			
3. Benefício médio familiar (R\$)	526			
4. Total mensal dos benefícios (R\$)	32.109			
5. Total anual dos benefícios (R\$)	417.415			

Os planos de saúde possuem 5.296 titulares e dependentes beneficiários.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

33. Entidade de previdência privada--Continuação

33.3. Apuração do passivo/(ativo) atuarial

A conciliação dos ativos e passivos demonstrará o excesso ou a insuficiência de recursos para a cobertura de cada plano, e que deve ser apresentado no balanço da empresa patrocinadora.

Apresentamos, a seguir, a demonstração dos resultados apurados para 31/12/2015 e a projeção de despesas para o próximo exercício de 2016, bem como a movimentação ocorrida durante o exercício de 2015:

Plano Celpa BD-I

Ativos do Plano	Valor contabilizado	Ajuste a valor de mercado	Valor justo dos ativos	Em %
Disponível	2	-	2	0,00%
Realizável - gestão previdencial	427	-	427	0,29%
Realizável - gestão administrativa	5	-	5	0,00%
Fundos de investimentos	8.044	-	8.044	5,42%
Títulos públicos	118.880	(11.837)	107.043	72,11%
Créditos privados e depósitos	23.507	-	23.507	15,84%
Investimentos imobiliários	7.368	-	7.368	4,96%
Empréstimos e financiamentos	1.927	-	1.927	1,30%
Outros realizáveis	114	-	114	0,08%
(=) Ativo total	160.274	(11.837)	148.437	100,00%

Valor justo dos ativos do Plano	
(+) Ativo total	148.437
(-) Exigível operacional	(1.028)
(-) Exigível contingencial	(2)
(-) Fundos previdenciais	-
(-) Fundos administrativos	(5)
(-) Fundos de investimentos	(16)
(=) Patrimônio de cobertura	147.386
Valor justo dos ativos	147.386

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

33. Entidade de previdência privada--Continuação

33.3. Apuração do passivo/(ativo) atuarial--Continuação

Plano CELPA BD-II

CELPA BD-II	Valor contabilizado	Ajuste a valor de mercado	Valor justo dos ativos	Em %
Disponível	5	-	5	0,01%
Realizável - gestão previdencial	216	-	216	0,30%
Realizável - gestão administrativa	24	-	24	0,03%
Fundos de investimentos	4.508	-	4.508	6,21%
Títulos públicos	59.825	(5.831)	53.994	74,34%
Créditos privados e depósitos	9.103	-	9.103	12,53%
Investimentos imobiliários	3.716	-	3.716	5,12%
Empréstimos e financiamentos	1.037	-	1.037	1,43%
Outros realizáveis	26	-	26	0,04%
(=) Ativo total	78.460	(5.831)	72.630	100,00%

Valor justo dos ativos do Plano

(+) Ativo total	72.630
(-) Exigível operacional	(574)
(-) Exigível contingencial	(299)
(-) Fundos previdenciais	-
(-) Fundos administrativos	(24)
(-) Fundos de investimentos	(7)
(=) Patrimônio de cobertura	71.726
Valor justo dos ativos	71.726

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

33. Entidade de previdência privada--Continuação

33.3. Apuração do passivo/(ativo) atuarial--Continuação

Plano CELPA OP

CELPA OP	Valor contabilizado	Ajuste a valor de mercado	Valor justo dos ativos	Em %
Disponível	15	-	15	0,01%
Realizável - gestão previdencial	30	-	30	0,02%
Realizável - gestão administrativa	549	-	549	0,37%
Fundos de investimentos	47.921	-	47.921	32,30%
Titulos públicos	43.732	(3.578)	40.154	27,07%
Créditos privados e depósitos	44.458	-	44.458	29,97%
Ações	715	-	715	0,48%
Depósitos judiciais	-	-	-	0,00%
Investimentos imobiliários	5.414	-	5.414	3,65%
Empréstimos e financiamentos	8.989	-	8.989	6,06%
Outros realizáveis	100	-	100	0,07%
(=) Ativo total	151.923	(3.578)	148.345	100,00%

Valor justo dos ativos do Plano

(+) Ativo total	151.923
(-) Exigível operacional	(122)
(-) Exigível contingencial	(1.218)
(-) Fundos previdenciais	(10.458)
(-) Fundos administrativos	(549)
(-) Fundos dos investimentos	(167)
(=) Patrimônio de cobertura	139.409
(-) Saldos de conta	(124.119)
(+) Fundo revisão de plano patrocinador	597.067
(+) Fundo de oscilação de risco	3.649
(+/-) Ajuste marcação a mercado (parcela BD)	(392)
(=) Valor justo dos ativos	19.145
Valor justo dos ativos	19.145

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

33. Entidade de previdência privada--Continuação

33.3. Apuração do passivo/(ativo) atuarial--Continuação

Plano CELPA R

CELPA R	Valor contabilizado	Ajuste a valor de mercado	Valor justo dos ativos	Em %
Disponível	81	-	81	0,54%
Realizável - gestão previdencial	191	-	191	1,27%
Realizável - gestão administrativa	680	-	680	4,53%
Fundos de investimentos	5.874	-	5.874	39,11%
Titulos públicos	7.302	(586)	6.716	44,72%
Créditos privados e depósitos	1.233	-	1.233	8,21%
Ações	60	-	60	0,40%
Depósitos judiciais	-	-	-	0,00%
Investimentos imobiliários	-	-	-	0,00%
Empréstimos e financiamentos	183	-	183	1,22%
(=) Ativo total	15.605	(586)	15.019	100,00%

Valor justo dos ativos do Plano

(+) Ativo total	15.019
(-) Exigível operacional	(158)
(-) Exigível contingencial	(16)
(-) Fundos previdenciais	(2.141)
(-) Fundos administrativos	(682)
(=) Patrimônio de cobertura	12.022
(+) Fundo de oscilação de risco	2.141
(=) Valor justo dos ativos	14.163
Valor justo dos ativos	14.163

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

33. Entidade de previdência privada--Continuação

33.4. Resultado da avaliação atuarial

Os resultados das avaliações atuariais apuraram o seguinte compromisso do plano com seus participantes:

CELPA BD-I

Conciliação dos (ativos) e passivos reconhecidos	31/12/2015	31/12/2014
1. Obrigações atuariais apuradas na avaliação atuarial	114.813	116.334
2. Valor justo dos ativos do plano (excluindo contrato de dívida) (= -1 x 1.1)	(147.386)	(152.960)
3. Nível de cobertura, se déficit ou (superávit) (1 + 2)	(32.574)	(36.626)
4. Percentual da parcela de responsabilidade da Patrocinadora (%)	-	-
5. Resultado do plano para o patrocinador: déficit ou (superávit) (3 x 4)	(32.574)	(36.626)
6. Passivo/(ativo) atuarial líquido total reconhecido	(32.574)	(36.626)
7. Efeito do Teto de ativo (limitador do ativo, no caso de superávit)	(32.574)	(36.626)
8. Valor líquido de passivo (ativo) a contabilizar	-	-
9. Passivo/(ativo) atuarial já provisionado	-	-
10. Passivo/(ativo) atuarial adicional a reconhecer neste exercício (9 - 8)	-	-

CELPA BDII

Conciliação dos (ativos) e passivos reconhecidos	31/12/2015	31/12/2014
1. Obrigações atuariais apuradas na avaliação atuarial	56.968	55.957
2. Valor justo dos ativos do plano (excluindo contrato de dívida) (= -1 x 1.1)	(71.726)	(74.948)
3. Nível de cobertura, se déficit ou (superávit) (1 + 2)	(14.758)	(18.991)
4. Percentual da parcela de responsabilidade da patrocinadora (%)	-	-
5. Resultado do plano para o patrocinador: déficit ou (superávit) (3 x 4)	(14.758)	(18.991)
6. Passivo/(ativo) atuarial líquido total reconhecido	(14.758)	(18.991)
7. Efeito do teto de ativo (limitador do ativo, no caso de superávit)	(14.758)	(18.991)
8. Valor líquido de passivo (ativo) a contabilizar	-	-
9. Passivo/(ativo) atuarial já provisionado	-	-
10. Passivo/(ativo) atuarial adicional a reconhecer neste exercício (9 - 8)	-	-

CELPA OP

Conciliação dos (ativos) e passivos reconhecidos	31/12/2015	31/12/2014
1. Obrigações atuariais apuradas na avaliação atuarial	9.325	8.449
2. Valor justo dos ativos do plano (excluindo contrato de dívida) (= -1 x 1.1)	(19.145)	(22.916)
3. Nível de cobertura, se déficit ou (superávit) (1 + 2)	(9.819)	(14.466)
4. Percentual da parcela de responsabilidade da patrocinadora (%)	-	-
5. Resultado do plano para o patrocinador: déficit ou (superávit) (3 x 4)	(9.819)	(14.466)
6. Passivo/(ativo) atuarial líquido total reconhecido	(9.819)	(14.466)
7. Efeito do teto de ativo (limitador do ativo, no caso de superávit)	(9.222)	(14.466)
8. Valor líquido de passivo (ativo) a contabilizar	(597)	-
9. Passivo/(ativo) atuarial já provisionado	-	-
10. Passivo/(ativo) atuarial adicional a reconhecer neste exercício (9 - 8)	(597)	-

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

33. Entidade de previdência privada--Continuação

33.4. Resultado da avaliação atuarial--Continuação

CELPA R

Conciliação dos (ativos) e passivos reconhecidos	31/12/2015	31/12/2014
1. Obrigações atuariais apuradas na avaliação atuarial	23.061	22.898
2. Valor justo dos ativos do plano (excluindo contrato de dívida) (= -1 x 1)	(14.163)	(13.400)
3. Nível de cobertura, se déficit ou (superávit) (1 + 2)	8.898	9.497
4. Percentual da parcela de responsabilidade da patrocinadora (%)	-	-
5. Resultado do plano para o patrocinador: déficit ou (superávit) (3 x 4)	8.898	9.497
6. Passivo/(ativo) atuarial líquido total reconhecido	8.898	9.497
7. Efeito do teto de ativo (limitador do ativo, no caso de superávit)	-	-
8. Valor líquido de passivo (ativo) a contabilizar	8.898	9.497
9. Passivo/(ativo) atuarial já provisionado	9.497	-
10. Passivo/(ativo) atuarial adicional a reconhecer neste exercício (9 - 8)	(600)	-

Planos de Saúde

Conciliação dos (ativos) e passivos reconhecidos	31/12/2015	31/12/2014
1. Obrigações atuariais apuradas na avaliação atuarial	11.756	21.893
2. Valor justo dos ativos do plano (excluindo contrato de dívida) (= -1 x 1)	-	-
3. Nível de cobertura, se déficit ou (superávit) (1 + 2)	11.756	21.893
4. Percentual da parcela de responsabilidade da patrocinadora (%)	-	-
5. Resultado do plano para o patrocinador: déficit ou (superávit) (3 x 4)	11.756	21.893
6. Passivo/(ativo) atuarial líquido total reconhecido	11.756	21.893
7. Efeito do teto de ativo (limitador do ativo, no caso de superávit)	-	-
8. Valor líquido de passivo (ativo) a contabilizar	11.756	21.893
9. Passivo/(ativo) atuarial já provisionado	21.893	-
10. Passivo/(ativo) atuarial adicional a reconhecer neste exercício (9 - 8)	(10.137)	-

33.5. Movimentação do ativo/passivo atuarial

Para fins de registro contábil da CELPA, a movimentação do Passivo Atuarial ocorrido durante o ano de 2015 foi a seguinte:

Movimentação do passivo (ativo) atuarial a ser reconhecido no balanço	31/12/2015				
	CELPA BD-I	CELPA BD-II	CELPA OP	CELPA R	Planos de Saúde
1. Passivo/(ativo) atuarial líquido ao início do ano	-	-	-	9.497	21.893
2. Passivo/(ativo) adicional reconhecido neste exercício	-	-	(597)	(600)	(10.137)
3. Passivo/(ativo) atuarial líquido ao final do ano (1+2)	-	-	(597)	8.898	11.756

[illegible]

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

34. Instrumentos financeiros

a) Considerações gerais

Em atendimento à Deliberação CVM 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os pronunciamentos técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia efetuou análise dos seus instrumentos financeiros, a saber: caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, contas a receber de clientes, ativos financeiros da concessão, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e derivativos, procedendo às devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio.

b) Política de utilização de derivativos

A CELPA utiliza operações com derivativos, apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras.

c) Valor justo dos ativos financeiros

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e 2014 estão identificados a seguir:

	31/12/2015		31/12/2014	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	40.860	40.860	54.210	54.210
Investimentos de curto prazo	757.774	757.774	506.473	506.473
Contas a receber de clientes	1.446.600	1.446.600	923.330	923.330
Depósitos judiciais	143.818	143.818	127.736	127.736
Ativo financeiro da concessão	1.414.027	1.414.027	909.817	909.817
Sub-rogação da CCC - valores aplicados	65.824	65.824	113.255	113.255
Instrumentos financeiros derivativos	217.498	217.498	64.785	64.785
Passivos financeiros				
Fornecedores	565.740	565.740	828.442	828.442
Empréstimos e financiamentos	1.683.587	1.683.587	2.250.184	2.250.184
Partes relacionadas	308.517	308.517	568.095	568.095

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

34. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Valor justo dos ativos financeiros--Continuação

Investimentos de curto prazo - são classificados como de valor justo através do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é 1.

Contas a receber de clientes - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável. Nível 2 na hierarquia de valor justo.

Ativo financeiro de concessão - são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. Nível 2 na hierarquia de valor justo.

Fornecedores - decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo. Nível 2 na hierarquia de valor justo.

Empréstimos e financiamentos - tem o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimento da Companhia e eventualmente gerenciar necessidades de curto prazo. São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão contabilizados pelos seus valores amortizados. Nível 2 na hierarquia de valor justo.

Derivativos - são classificados como instrumentos derivativos e tem como objetivo a proteção às oscilações de taxa de juros e moeda estrangeira. Para as operações de *swaps*, a determinação do valor de mercado foi realizada utilizando as informações de mercado disponíveis. Nível 2 na hierarquia de valor justo.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa da Companhia são instrumentos financeiros de alta liquidez e o valor de mercado reflete o valor registrado no balanço patrimonial. São compostos por numerários disponíveis e investimentos financeiros.

A Companhia mantém os equivalentes de caixa com a intenção de atender a seus compromissos de caixa de curto prazo.

Os investimentos financeiros classificados como equivalentes de caixa são de curto prazo e de alta liquidez. São também conversíveis em um montante conhecido de caixa e são indexados ao CDI, que é considerada uma taxa livre de risco.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

34. Instrumentos financeiros--Continuação

e) Fatores de risco - Instrução CVM nº 475

Risco de crédito - os saldos elevados, bem como as idades dos recebíveis provenientes de contas a receber de clientes constituem um risco para a liquidez e para a estrutura de capital da Companhia, a Administração acompanha as situações em aberto e para mitigar o risco de inadimplência. A Companhia utiliza todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negativação de débitos e negociação das posições em aberto. Para mitigar o risco das instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a Companhia seleciona apenas instituições com baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. A Companhia preserva seus ativos de concessão de acordo com a legislação vigente e monitora as possíveis definições nas regras de reversão da concessão.

Risco de liquidez - evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentadas na Nota 17.

A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

Riscos de mercado - estão associados a flutuações nas taxas de juros e indexadores de dívidas ou taxas de câmbio, compreendendo ainda os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar vencimento antecipado, que em virtude da Recuperação Judicial, serão renegociados.

Risco cambial - é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio. Atualmente a exposição ao câmbio é de 48,2%, de sua dívida. A CELPA monitora continuamente as taxas de câmbio e de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A sensibilidade da dívida foi demonstrada em cinco cenários, em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM. Um cenário com taxas reais verificadas em 31 de dezembro de 2015 (Cenário Provável); mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) da cotação da moeda estrangeira considerada.

Incluímos ainda mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a depreciação de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V).

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

34. Instrumentos financeiros--Continuação

e) Fatores de risco - Instrução CVM nº 475--Continuação

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à variação cambial						R\$ Mil
Operação	Risco	Cenário provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V - 50%
Passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos	USD	(367.148)	(668.876)	(970.603)	(65.421)	236.307
Referência para passivos financeiros		Taxa em 31/12/2015	25%	50%	-25%	- 50%
Dólar USD/R\$		3,90	4,88	5,86	2,93	1,95

De acordo com o CPC 40, apresentamos abaixo os valores dos instrumentos derivativos da Companhia, vigentes em 31 de dezembro de 2015 e 2014, que podem ser assim resumidos:

Operações passivas			Valor justo	
Objetivo de <i>hedge</i> de risco de mercado	Indexadores	Vencimento	31/12/2015	31/12/2014
SWAP ITAU - 200,0MM - nov-13				
Ponta ativa	US\$	25/11/2015	-	31.991
Ponta passiva	CDI	25/11/2015	-	(3.684)
TOTAL			-	28.307
SWAP CITIBANK - 175MM - nov-13				
Ponta ativa	US\$	25/11/2015	-	29.285
Ponta passiva	CDI	25/11/2015	-	(3.816)
TOTAL			-	25.469
SWAP CITIBANK - 80MM - jun-14				
Ponta ativa	US\$	23/04/2015	-	16.684
Ponta passiva	CDI	23/04/2015	-	(5.675)
TOTAL			-	11.009
SWAP ITAÚ - 200,0MM - fev-15				
Ponta ativa	US\$	24/02/2017	73.732	-
Ponta passiva	CDI	24/02/2017	(14.031)	-
TOTAL			59.701	-
SWAP CITIBANK - 293MM - fev-15				
Ponta ativa	US\$	02/02/2018	152.312	-
Ponta passiva	CDI	02/02/2018	(12.809)	-
TOTAL			139.503	-
SWAP SANTANDER-40MM				
Ponta ativa	US\$	28/02/2016	16.351	-
Ponta passiva	CDI	28/02/2016	(5.058)	-
TOTAL			11.293	-
SWAP SANTANDER-85MM				
Ponta ativa	US\$	08/08/2016	13.169	-
Ponta passiva	CDI	08/08/2016	(6.168)	-
TOTAL			7.001	-
Total geral			217.498	64.785

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

34. Instrumentos financeiros--Continuação

e) Fatores de risco - Instrução CVM nº 475--Continuação

Risco de vencimento antecipado - a Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos que, em geral, requerem o cumprimento de determinadas cláusulas contratuais. O descumprimento dessas cláusulas pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento. Em consideração aos contratos sujeitos à Recuperação Judicial, a novação dos créditos incitou a suspensão de cláusulas contratuais de vencimento antecipado e de *covenants* financeiros e não financeiros, salvo quando acordado entre as partes.

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros - as variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia. Abaixo demonstramos os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia.

A sensibilidade dos ativos e passivos da Companhia foi demonstrada em cinco cenários.

Apresentamos em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM, um cenário com taxas reais verificadas em 31 de dezembro de 2015 (Cenário Provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) dos indexadores.

Incluímos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a depreciação de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros					R\$ Mil	
Operação	Risco	Cenário provável	Cenário II + 25%	Cenário III + 50%	Cenário IV - 25%	Cenário V - 50%
Ativos financeiros						
Aplicações financeiras	CDI	20.865	26.081	31.298	15.649	10.433
Passivos financeiros						
	CDI	(94.774)	(144.617)	(194.459)	(44.932)	4.910
	TJLP	(55)	(62)	(69)	(49)	(42)
Empréstimos e financiamentos	IGPM	(20.157)	(25.157)	(30.156)	(15.157)	(10.158)
Referência para ativos e passivos financeiros		Taxa em 31/12/2015	25%	50%	-25%	-50%
CDI (% acumulado ano)		13,49	16,86	20,23	10,11	6,74
TJLP (% acumulado ano)		7,00	8,75	10,50	5,25	3,50
IGP-M (% acumulado ano)		10,54	13,17	15,81	7,90	5,27
IPCA (% acumulado ano)		10,67	13,34	16,01	8,00	5,34

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

34. Instrumentos financeiros--Continuação

e) Fatores de risco - Instrução CVM nº 475--Continuação

O Impacto da Sensibilidade no Resultado e no Patrimônio Líquido da Companhia é demonstrado abaixo:

Impacto da sensibilidade no resultado e no patrimônio líquido		
Cenários	Resultado do exercício	Patrimônio líquido
Cenário provável	-	-
Cenário II	(358.305)	(260.201)
Cenário III	(678.041)	(503.999)
Cenário IV	281.171	334.942
Cenário V	600.908	730.617

Risco de escassez de energia - o Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Em uma situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico - ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento - os Processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente devem ser amplamente discutidas e contarão com contribuições da Companhia, concessionárias e demais agentes do setor. Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá a CELPA justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária Extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A própria ANEEL também poderá proceder com Revisões Extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse destes às tarifas.

f) Gestão do capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do nível de endividamento e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital eficiente e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida em níveis que venham a otimizar o retorno de capital aos seus investidores e garanta a liquidez da Companhia.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

34. Instrumentos financeiros--Continuação

f) Gestão do capital--Continuação

A Administração da Companhia estabelece e acompanha as diretrizes de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazos dos financiamentos contratados. O gerenciamento do capital está baseado no acompanhamento de três indicadores financeiros, estabelecendo os limites máximos que não comprometem as operações da Companhia:

- Dívida líquida/EBITDA
- Dívida líquida/(dívida líquida + patrimônio líquido)
- Dívida de curto prazo/dívida total

g) Gestão de risco decorrente de instrumentos financeiros

A CELPA possui *swap* com os bancos Itaú, Citibank e Santander referentes às operações em moeda estrangeira, com seus respectivos vencimentos em 24 de fevereiro de 2017, em 2 de fevereiro de 2018 e 8 de agosto de 2016. Em dezembro de 2015, os saldos devedores dos contratos na operação em moeda estrangeira do Itaú, Citibank e Santander são respectivamente R\$276.664, R\$448.561 e R\$152.446.

35. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia são os seguintes:

Energia	Vigência	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Após 2018
contratada	2011 a 2042	1.197.971	1.689.866	1.816.004	2.037.398	2.063.078	2.113.191	28.373.665

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência variam de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do CCEAR, e foram homologados pela ANEEL.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

36. Seguros

A Companhia mantém apólices de seguros, por montantes considerados suficientes, para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável por danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das informações financeiras, consequentemente, não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com as apólices de seguros contratadas pela Companhia estão demonstrados a seguir:

Ramo do seguro	Vencimento das apólices	Importância segurada
Responsabilidade civil geral - operações	30/12/2015	7.000
Riscos operacionais	30/12/2015	354.214
Automóvel (a)	31/12/2015	-
Seguro garantia judicial (b)	-	122.776
Seguro garantia de leilão (c)	-	1.536

(a) 36 veículos próprios segurados, conforme apólices.

(b) Apólices vencendo de dez/2013 a mai/2020.

(c) Apólices vencendo de out/2015 a mai/2016.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

Conselho de Administração

Armando de Souza Nascimento

Augusto Miranda da Paz Júnior

Carlos Augusto Leone Piani

Eduardo Haiama

Firmino Ferreira Sampaio Neto

José Jorge de Vasconcelos Lima

Conselho Fiscal

Moacir Gibur (suplente)

Paulo Roberto Franceschi

Vanderlei Dominguez da Rosa

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

Diretoria Executiva

Raimundo Nonato Alencar de Castro
Diretor Presidente

Eduardo Haiama
Diretor de Relações com Investidores

Augusto Dantas Borges
Diretor

Carla Ferreira Medrado
Diretora

Daniel Campos Negreiros
Diretor

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor

Tinn Freire Amado
Diretor

Izabel Corina de Oliveira Carvalho
Gerente de Controladoria
Contador
CRC-PA5989/0-8